

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação
Campus de Ourinhos

Gustavo Sumensari Santos

**Aspectos geográficos, expansão da malha urbana e segregação socio-
espacial: caso do Vale do Barbosa, Marília, SP**

Ourinhos – SP

2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação
Campus de Ourinhos

**Aspectos geográficos, expansão da malha urbana e segregação-
socioespacial: caso do Vale do Barbosa, Marília - SP**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia pela FCTE/UNESP – Câmpus
de Ourinhos.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Ourinhos – SP

2021

S237a	<p>Santos, Gustavo Sumensari</p> <p>Aspectos geográficos, expansão da malha urbana e segregação socio-espacial: caso do Vale do Barbosa, Marília, SP / Gustavo Sumensari Santos. -- Ourinhos, 2022</p> <p>72 f. : tabs., fotos, mapas</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, Ourinhos</p> <p>Orientador: Paulo Fernando Cirino Mourão</p> <p>1. Marília - SP. 2. segregação socio-espacial. 3. exclusão social. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, Ourinhos. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Banca examinadora

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão (Orientador)

Prof^a Dr^a Noemia Ramos Vieira

Prof. Me. Gabriel Grazzini Gabriel

Ourinhos, 03 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de utilizar este espaço para agradecer todos aqueles que me acompanharam ao longo desta trajetória, minha família, amigos e colegas, em especial duas pessoas, o seu Almir Graciano e a dona Maria Regina, meus pais, estes que foram os maiores incentivos para tudo nesta vida, em especial à dedicação ao estudo. Me lembro de quando criança o quanto estimulavam minhas curiosidades, me ensinaram geografia antes do ingresso na escola, mesmo sem formação acadêmica foram meus primeiros professores.

Demonstro ainda meus sinceros agradecimentos a todos os sobrinhos(as) e agregados que compartilharam o tempo e o espaço comigo na República Sua Tia, local onde supriu primeiramente a demanda pela moradia e alimentação para conseguir estudar e, muito além disso, serviu como palco de grandes debates teóricos, compartilhando as dificuldades e prazeres da vida.

Outro grupo que não pode passar em pormenores são os trabalhadores do campus da UNESP de Ourinhos, professores, funcionários e terceirizados, principalmente pela história de luta que este ambiente passou e passa em nome da permanência do ensino público de qualidade, dentro deste grupo gostaria de deixar um agradecimento especial para algumas pessoas, primeiramente o professor Paulo Mourão por ter aceitado me orientar neste trabalho, outros a quem dedico um agradecimento especial são Cleiton Antonio, Julio Demarchi e Edivaldo Rocha, por terem sido tão pacientes e atenciosos, proporcionando uma jornada menos caótica ao longo destes anos de estudo.

RESUMO

Este trabalho buscou compreender a relação da expansão da malha urbana do município de Marília – SP com alguns aspectos geográficos, como a descontinuidade da malha urbana, a segregação socioespacial e a exclusão social. Para tal, fora determinado como objetivo principal a reflexão acerca de como a condição geomorfológica e demais aspectos geográficos do sítio local e da ocupação da região tiveram relação com o desenvolvimento e expansão do município, sendo que, para isso, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico buscando relatar o histórico do município, pontuando questões ambientais, econômicas e sociais. Para reduzir a escala de análise delimitamos um recorte do município como área de estudo: as proximidades dos limites das escarpas que definem o Vale do Barbosa. Assim, em escala reduzida, procuramos analisar a relação íntima do relevo do sítio local e as variadas facetas habitacionais que se desenvolveram. Constatamos e analisamos as condições habitacionais diferenciadas nas diferentes margens das escarpas, utilizando os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social nestas áreas, além de destacar os problemas/peculiaridades na mobilidade urbana.

Palavras-chave: Marília – SP; Vale do Barbosa; segregação socioespacial; exclusão social.

ABSTRACT

This work sought to understand the relationship between the expansion of the urban mesh in the city of Marília - SP with some geographic aspects, such as the discontinuity of the urban mesh, socio-spatial segregation and social exclusion. For this purpose, the main objective was to reflect on how the geomorphological condition of the local site was related to the development and expansion of the municipality. With this end, it was necessary to carry out a bibliographical survey seeking to report the history of the municipality, scoring environmental, economic and social. To reduce the scale of analysis, a section of the municipality was delimited as a study area, being the proximity of the limits of the escarpments that define the Vale do Barbosa, so that, on a reduced scale, the intimate relationship of the relief of the local site could be analyzed. and the various housing facets that have developed, with antagonistic housing conditions being found on the different sides of the scarps, applying the concepts of socio-spatial segregation and social exclusion in these areas, in addition to finding problems/peculiarities in urban mobility.

Key-words: Marília – SP; Vale do Barbosa; socio-spatial segregation; social exclusion.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
SUMÁRIO.....	8
Introdução.....	9
Objetivos.....	13
Procedimentos Metodológicos	13
Capítulo 1: Características Físicas, Ocupação Inicial e Questões Ambientais	15
Capítulo 2: Crescimento populacional, economia e expansão urbana	23
Capítulo 3: Estudo de Caso - O Vale do Barbosa, que separa as zonas Sul e Oeste no município de Marília/SP.....	32
3.1 : Ocupação habitacional antagonista nas margens da escarpa: segregação socioespacial e exclusão social.....	41
3.1.1 : Características das ocupações habitacionais que margeiam a escarpa do Vale do Barbosa.....	52
3.2 : Plano diretor	65
Considerações finais	68
REFERÊNCIAS	70

Introdução

Nosso trabalho parte da hipótese de que os fatores geomorfológicos e geológicos do sítio onde o município de Marília se localiza são, definitivamente, um condicionamento importante para a forma como o processo de ocupação e produção da malha urbana do mesmo ocorreu, funcionando primeiramente como orientação e, ao decorrer do tempo, limite da expansão urbana, ocasionando numerosas possibilidades de desastres ambientais e sociais, como as erosões de variadas origens, assoreamento e poluição de fluxos d'água, deslizamento de encostas, entre outros. Impactando ainda em diferentes processos de exclusão social e marginalização da população mais pobre, e propiciando locais isolados e próximos à natureza por parte da população mais abastada, como iremos demonstrar ao longo do desenvolvimento do trabalho.

A ocupação e o povoamento da região de Marília foram marcados pela “economia cafeeira”, que “subsidiou esse modelo de urbanização, pautada na integração territorial e na formação de uma rede urbana a partir do surgimento de novas cidades no interior paulista” (NUNES, 2007, p.14), tendo como principal fator a construção da linha férrea, que ocupou os topos do espigão do Planalto Ocidental, para facilitar o transporte dos trens que escoariam a produção, acarretando na instalação de inúmeras estações que deram origem às cidades da região. Todas elas, cresceram seu espaço urbano ao longo da ferrovia e no alto do espigão. A malha urbana de Marília acompanhou essa tendência, se estendendo ao longo da ferrovia. Outra característica importante da cidade foi a de ‘empreendimento comercial’, gerado pela sobreposição do valor de troca ao valor de uso da terra” (NUNES, 2007, p.14), sendo então, a definição do sítio onde se localiza a área urbana do município, prioritariamente definido pela produção econômica da época, uma vez que a cafeicultura ocupou a parte alta do planalto.

Tendo em vista essa ocupação partindo dos topos de morro, há uma série de consequências ambientais e sociais relacionadas, consequências que não são fruto direto do relevo, mas sim definidos pelas relações humanas, onde fatores como a retirada da vegetação nativa e, posteriormente, a impermeabilização do solo, tornam o sítio mais susceptível à processos erosivos. Da mesma forma como o desinteresse por parte dos agentes imobiliários pelas áreas mais próximas aos limites das escarpas e distantes do centro urbano, em determinado momento histórico, proporcionou que estes locais fossem ocupados por pessoas que não tinham condições financeiras de habitar em outros pontos do município, o que por sua vez abre um leque para uma série de fatores da relação destes habitantes com a cidade, sendo que ao passar

dos anos, estes locais tornaram-se alvos direto dos agentes imobiliários, com a construção de condomínios fechados nessas áreas.

Frente a essas questões, há uma série de autores que já comentaram a respeito, dentre os mais recentes vide Marcelo Nunes, Júlio Zandonadi, Clayton Dal Pozzo, Denise Bomtempo, entre outros que, ao estudar e produzir sobre o município de Marília, abordam essa relação do desenvolvimento da cidade e a condição geomorfológica do sítio local, como ao expor a realidade da produção agropecuária no município, onde Denise expressa que “a agricultura não é a atividade econômica principal do município de Marília, pois as condições do relevo e do solo não a favorecem.” (BOMTEMPO, 2011, p.258). Outro exemplo expressivo é referente a realidade das habitações antagonistas que margeiam as escarpas, onde Marcelo aponta que “atualmente, o mercado imobiliário apropria-se do quadro natural do relevo tabuliforme para valorizar os imóveis e segregar os grupos sociais a partir da separação dos loteamentos fechados e das favelas pelas escarpas.” (NUNES, 2007, p.28).

Levando isso em consideração, nossa análise definiu um recorte específico do município, local separado pelo fundo de vale onde se localiza o Córrego do Barbosa, circundado por escarpas, impondo uma descontinuidade natural da malha urbana entre as zonas sul e oeste mariliense. Procuramos refletir acerca das ocupações habitacionais antagonistas em cada uma das margens da escarpa desta localidade. Sendo que, para construir uma linha de raciocínio coerente, visando analisar e refletir essa realidade, será traçado todo um histórico da ocupação e expansão do município, através de levantamentos bibliográficos, buscando pelos processos históricos que corroboraram para a concretização do que está presente hoje. Elaborando em seguida mapas e composições fotográficas, para apresentar de forma direta, como a condição geomorfológica local impediu a continuidade da malha urbana, além de interpretar como a ocupação habitacional, destas áreas de margem de escarpa, se dão em diferentes contextos.

Esse recorte foi definido por motivos plurais, o principal deles é a realidade das habitações distintas que se encontram, literalmente, de frente uma com a outra e separada pelo relevo em até 3 km em linha reta, apresentando um padrão milionário no extremo da Zona Oeste nos condomínios fechados autosssegados, como expresso por Dal Pozzo (2011), frente a realidade de exclusão social computada por Nunes (2007) nos extremos da Zona Sul.

Outro aspecto decisivo na delimitação deste recorte foi a experiência particular que vivenciei enquanto mariliense residente da Zona Sul da cidade, convivendo com as condições impostas pelo relevo local, principalmente referente a mobilidade pelo município, uma vez sendo necessário contornar esse Vale do Barbosa para poder usufruir de serviços e comércios

da Zona Oeste, onde a mesma distância descrita em linha reta por 3km no parágrafo passado, é o relativo à até 14 km pelo arruamento da cidade.

É diante desta realidade que se tornou pertinente o estudo destes locais e condições para a ciência geográfica, primeiramente pelo contato mais intenso com a pesquisa, além da abordagem de conceitos importantes para a disciplina, como a segregação socioespacial, a exclusão social e em pormenores assuntos como a fragmentação urbana, a descontinuidade da malha urbana, a elaboração de trabalhos de campo e produção de mapas. Além do intuito de contribuir para o estudo e compreensão das Cidades Médias do interior paulista, visto a relevância que o município mariliense tem dentro desta classificação.

O trabalho foi separado então em 3 capítulos, onde o primeiro aborda algumas características físicas do município de Marília, traçando um breve histórico da ocupação do município pelos imigrantes e algumas consequências ambientais, amparado em estudos mais focados nas questões físicas do sítio local.

Seguindo, o segundo capítulo aborda a expansão do município, analisando principalmente algumas questões econômicas, traçando uma linha do tempo para entender a relação do desenvolvimento industrial e econômico com o crescimento da população e, conseqüentemente, a expansão da malha urbana, expondo esse trajeto que partiu dos arredores da ferrovia nos topos de morro, até alcançar os limites das escarpas, utilizando como principais referências as dissertações de Zandonadi (2008) e Nunes (2007).

Uma vez feita essa introdução geral do município, o terceiro capítulo se dedica ao recorte delimitado para área de estudo, já comentado anteriormente, sendo os limites da escarpa que define o Vale do Barbosa. A primeira sessão deste capítulo tem o propósito de apresentar o local, pontuando algumas características breves das habitações e os principais ramais de transporte que influenciam essa área.

A próxima sessão tem o objetivo de interpretar os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social neste local, apresentando de início uma reflexão acerca da construção histórica destes conceitos, para em seguida apresentar uma revisão bibliográfica destes em diferentes escalas, passando pela definição nas Cidades Médias de forma geral até pontuar especificamente sobre Marília. Na sequência, é feita uma análise das habitações da área de estudo, visando relacionar a bibliografia utilizada no trabalho com as fotografias retiradas em campo e demais dados extraídos de imagens de satélite, sites imobiliários e aplicativos de trânsito. Sendo dedicada atenção ao Plano Diretor do município na última sessão do capítulo.

Por fim encontram-se as considerações finais do trabalho, expressando o que foi concluído ao longo do desenvolvimento do mesmo, pontuando a relação dos habitantes da área

de estudo para com o resto da cidade, a necessidade de transitar ou deixar de fazê-lo e os locais por onde transitam.

Objetivos

O objetivo central deste trabalho é analisar como diferentes aspectos geográficos: topografia, uso do solo, urbanização, infraestruturas, indústria e comércio, influenciaram na expansão e na diferenciação social da malha urbana do município de Marília.

Para desenvolver essa reflexão será definido uma série de objetivos específicos, dos quais destaca-se:

- a) Caracterizar o processo histórico de ocupação do município, destacando os aspectos ambientais, econômicos e urbanos;
- b) Delimitar e caracterizar a área para estudo de caso, entre as zonas Sul e Oeste do município, demonstrando as diferenças topográficas e suas influências na expansão da malha urbana;
- c) Analisar as condições desiguais e antagonistas das moradias nesta área de estudo;
- d) Utilizar os conceitos de segregação socioespacial e exclusão social para a compreensão dessas diferentes realidades no espaço urbano.

Procedimentos Metodológicos

Foi realizado, primeiramente, uma revisão bibliográfica sobre os temas, com foco em estudos publicados em teses e dissertações sobre o Marília e Região. Foi produzindo então um texto base como ponto de partida para uma compreensão da totalidade do processo de ocupação da Região. A partir daí, fizemos a coleta de informações em Instituições como IBGE e a Fundação SEADE, imagens de satélites, imobiliárias do município e retirada de fotografias em campo, além da produção de alguns mapas, com intuito de dialogar e exemplificar e complementar o que foi estabelecido no texto inicial. Depois dessas etapas iniciais, delimitamos nossa área de estudo e definimos os objetivos geral e específicos.

Os trabalhos de campo foram realizados ao redor de todo o arruamento que circunda os limites do Vale do Barbosa, passando pelas ruas não pavimentadas na Zona Sul, às avenidas que levam da Zona Sul ao Centro, cruzando a rodovia do contorno (continuação da BR-153), adentrando os bairros mais próximos da escarpa na Zona Oeste, atravessando a Cidade Universitária, continuando pela rodovia SP-333 até chegar aos condomínios fechados, onde foi feita uma visita ao Valle do Canaã. Todo esse trajeto foi realizado mais de uma vez e em diferentes condições, ilustrando em fotografias o que fosse pertinente ao trabalho, compondo mosaicos em aplicativos de edição de imagens.

Referente aos mapas, foram todos produzidos no software QGIS, utilizando como fonte das bases cartográficas o que é disponível gratuitamente pelo IBGE, pelo Ministério da

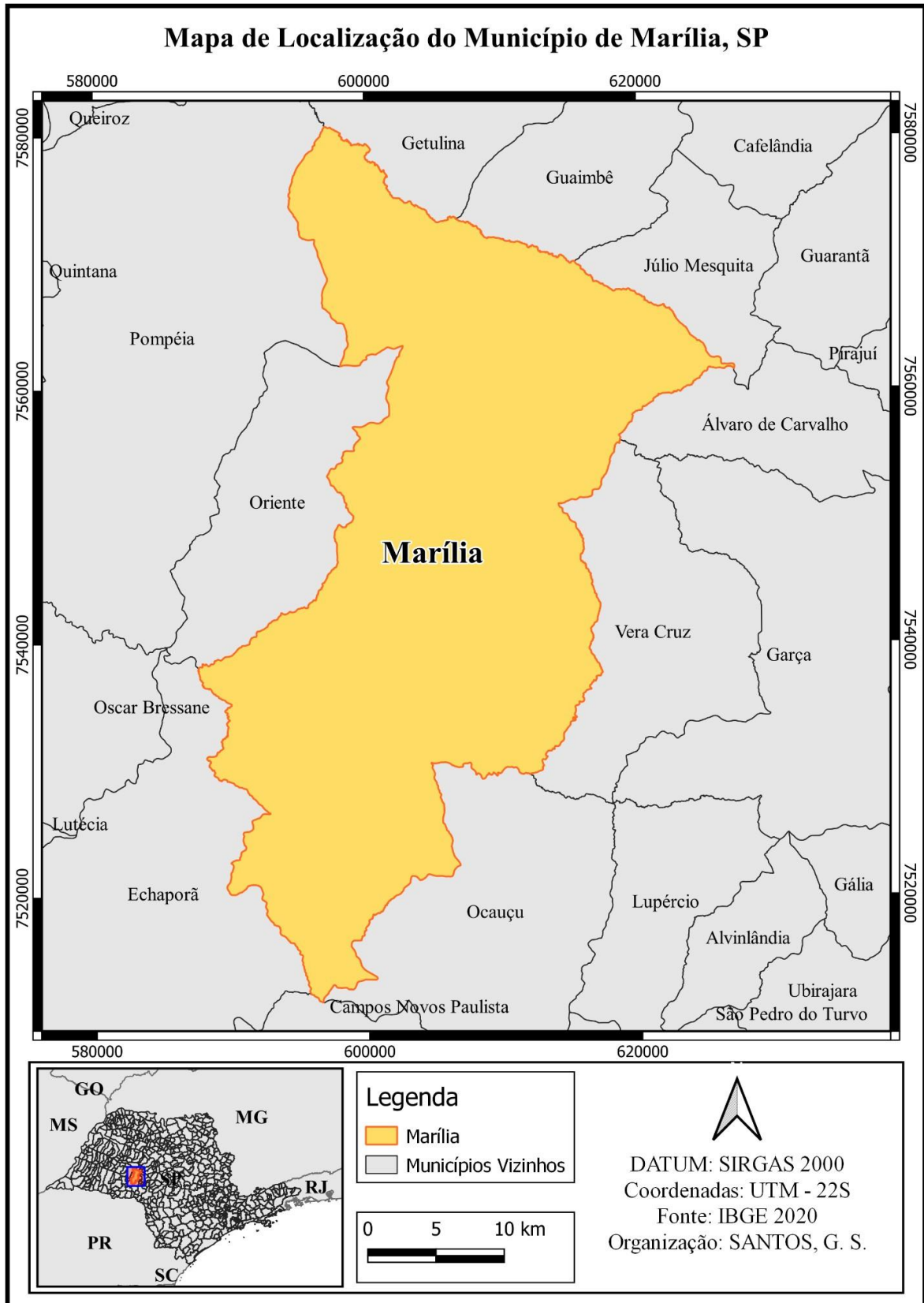
Infraestrutura e pelo USGS. Sendo que, todos os mapas utilizam o DATUM SIRGAS 2000 e o sistema de coordenadas métricas UTM referente ao quadrante 22 S.

Outros dados foram extraídos de softwares da Google, como o Google Earth e o Google Maps, além das informações referente aos valores e demais características das residências em sites de imobiliárias que atuam no município e na região.

Capítulo 1: Características Físicas, Ocupação Inicial e Questões Ambientais

Marília é um município considerado como uma cidade de porte médio, “por conta de suas características socioespaciais e sua tipologia urbana em decorrência da concentração de indicadores econômicos e sociais” (NUNES, 2007, p.36), possuindo uma população estimada pela Diretoria de Pesquisas do IBGE, para o ano de 2020, em pouco mais de 240 mil habitantes, além de uma área territorial total de 1.170.515 km². Se localiza a aproximadamente 370 Km em linha reta da capital do Estado, fazendo parte do Centro Oeste Paulista, sendo uma cidade referência para as que à circunvizinham, em variados setores, como comércio, serviços médicos e educacionais, além ainda do mercado de trabalho que abrange habitantes das cidades vizinhas, buscando então, apresentar a localização de Marília e os municípios vizinhos, foi produzido o mapa que segue:

Figura 1 - Mapa de Localização



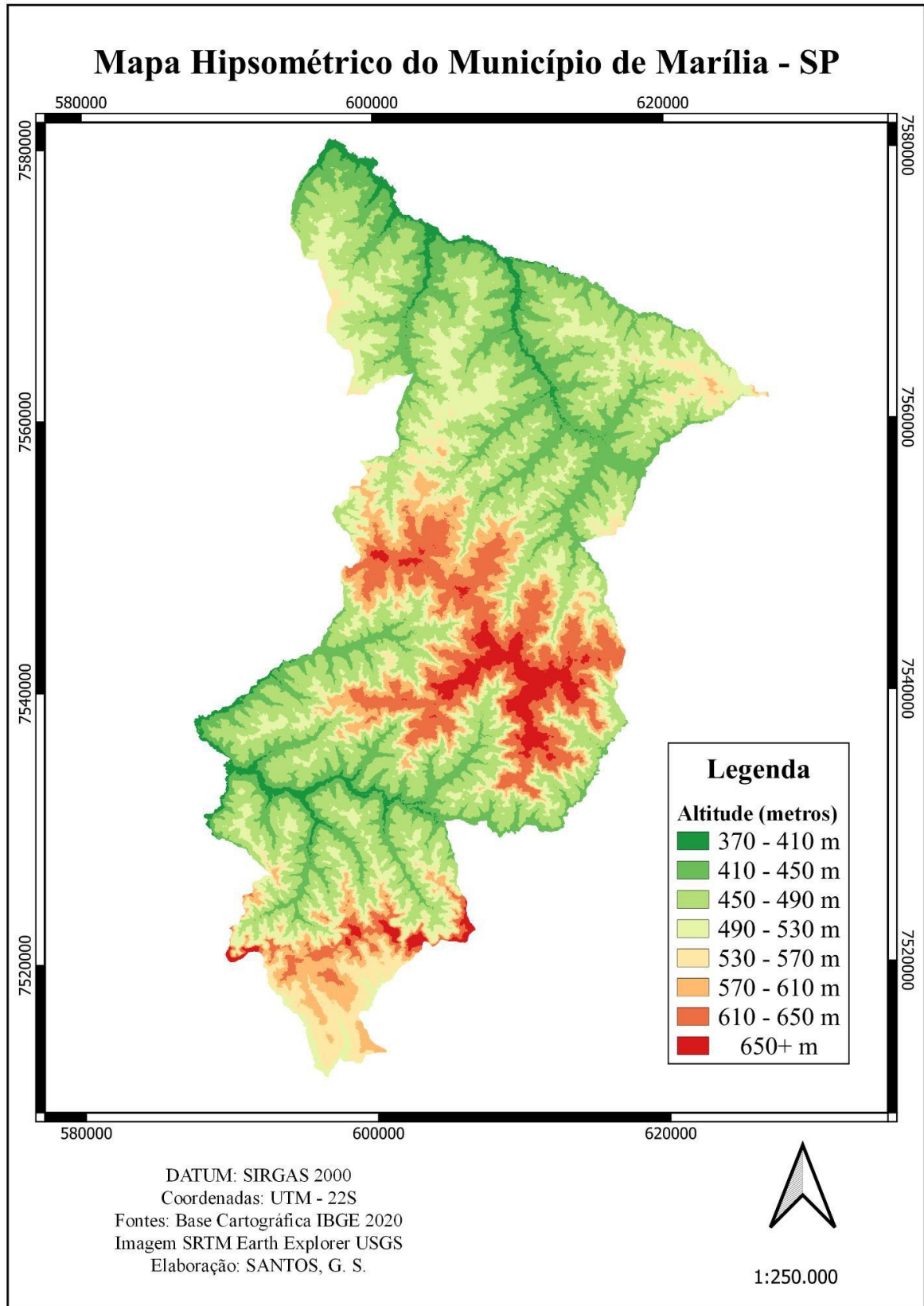
O município situa-se geomorfologicamente na morfoescultura do Planalto Ocidental Paulista, especificamente no Planalto Residual de Marília, na morfoestrutura da Bacia Sedimentar do Paraná, apresenta um relevo característico de centro de bacia sedimentar, conhecido como relevo Tabuliforme, sendo reconhecido como principal agente esculptor deste relevo “as sucessivas alternâncias climáticas ocorridas no período geológico Quaternário (Pleistoceno e Holoceno)” (SANTOS e NUNES, 2007, p.14). Onde a malha urbana do município se encontra firmada sobre os arenitos da Formação Marília, pertencente ao Grupo Bauru, um substrato rochoso sedimentar.

O Planalto Ocidental Paulista foi alvo de uma intensa ocupação a partir da década de 1920, fruto da acumulação do capital agroexportador da economia cafeeira, que possibilitou financeiramente a expansão do cultivo de café ao longo de todo o interior paulista antes de alcançar o norte do Paraná, este mesmo capital acumulado foi o que estimulou a expansão e construção da linha férrea na região, que foi concluída pela Cia. Paulista e começa a circular em 1928, possibilitando então a fixação de espaços urbanos e os primeiros passos da indústria na região (NUNES, M. 2007).

Acontece que a linha férrea fora instalada nos topos de morro divisores de água, para superar as dificuldades que o relevo pudesse impor à locomoção dos trens, isso foi um dos fatores cruciais para que o desenvolvimento da malha urbana tivesse essa ocupação do relevo partindo dos “compartimentos de topo, passando pelo domínio de vertentes, até chegar às bordas das escarpas do relevo tabuliforme (MARQUES DOS SANTOS, 2006).” (NUNES, M. 2007, p.15). Todo esse processo da expansão da linha férrea vai caracterizar o desenvolvimento de cidades cuja malha urbana se localiza no espigão e não nos fundos dos vales, por conta dessa expectativa do prolongamento da ferrovia que já vinha seguindo esse modelo nas cidades anteriores.

Trata-se então de um município que, de acordo com Caio A. M. dos Santos e João O. R. Nunes, ao desenvolver o mapeamento geomorfológico do perímetro urbano de Marília - SP, pontuaram estar situado “em um típico relevo que apresenta formas em sua paisagem que acabam por condicionar seu crescimento territorial e expansão urbana” (SANTOS e NUNES, 2007, p.13), essa será a máxima levada em consideração para desenvolver o trabalho, o fato do relevo como limite da expansão contínua da malha urbana. Para ilustrar como é marcante essa questão do relevo, com intuito de enfatizar quão abrupta é a diferença na altitude, foi produzido um mapa hipsométrico do município, representando uma queda de 40 metros a cada alteração na paleta de cores, como é possível observar na Figura 2:

Figura 2 - Mapa Hipsométrico



Os mesmos autores pontuam então aspectos físico e humanos nesse processo de expansão, “o crescimento da cidade obedecendo às configurações do relevo e, em alguns momentos, a tecnologia a serviço da expansão urbana (canalização de córregos, urbanização de cabeceiras de drenagem, tratamento de esgoto e etc.)” (SANTOS e NUNES, 2007, p.14). Ao desenvolver-se tão diretamente relacionada com o relevo local, o município de Marília teve sua expansão urbana orientada pelo divisor de águas, expandindo-se no sentido norte/sul até as áreas limítrofes das escarpas (SANTOS e NUNES, 2007, p.19), os autores realizam um estudo onde classificam a ocupação/apropriação do relevo/paisagem na geomorfologia de Marília à partir de diferentes compartimentos de relevo, sendo eles os topos, os domínios de vertentes, as escarpas e os fundos de vale, na mesma sequência como ocorrera historicamente a expansão do município.

Partindo dos topos, temos o divisor de águas dos Rios do Peixe e Aguapeí, sendo o local onde “estão situadas a linha férrea e as principais avenidas da cidade, que são os pontos de junção e ligação entre os bairros e o centro da área urbana” (Ibidem 2007, p.21), havendo uma mescla de residências e comércios no sentido centro/bairro, “até chegar ao predomínio de residências já próximo das vertentes” (Ibidem, p.21). Quanto às escarpas que recortam o município, impossibilitam “ocupações para fins urbanos devido à declividade acentuada” (Idem, p.23), porém caracterizou-se nos limites das escarpas dois extremos de ocupação urbana, principalmente após a década de 1990, onde passou a existir uma demanda crescente de condomínios fechados, pela venda da ideia da proximidade da natureza, de segurança e principalmente “através de condomínios fechados que estabelecem preços mais elevados para os lotes mais próximos da vista ‘privilegiada’ para os vales” (Ibidem, p.23), o outro extremo dessa urbanização dos limites das escarpas foram as favelas que alcançaram esses locais, seguindo a lógica da especulação imobiliária, que implica em valores mais altos nos pontos centrais/próximos ao centro, somados então esses ambos fatores de segregação, uma por conta própria, outra induzida, que serão debatidos posteriormente. Já os fundos de vale têm predominância de uso rural, seja o cultivo agrícola ou a criação de gado, esta última com maior participação após a década de 1960 até os dias atuais.

Visto isso, é importante pontuar também a questão da fragilidade do relevo, para tecer um breve comentário sobre, utilizarei como suporte a carta de fragilidade do relevo como instrumento de orientação à ocupação no município, realizado por Pedro Miyazaki pela universidade federal de Uberlândia. Pontuando primeiramente “fragilidade como algo possível de se quebrar, romper, de partir” (MIYAZAKI, 2014, p.8), termo diretamente relacionado aos ambientes naturais, com ênfase do estudo à questão do relevo para expansão territorial, onde o

autor vai reafirmar a questão da ocupação no domínio de topos, por conta de sua morfologia, que não exige investimentos infra estruturais complexos, Miyazaki traz algumas informações pertinentes sobre o sítio onde estruturou-se a malha urbana, como a altitude que varia de 620 a 650 metros e declividade que atinge até 5%. Além dos topos de morro, a outra área que apresenta baixa fragilidade são “os fundos de vale, localizados no sopé do relevo tabuliforme” (MIYAZAKI, 2014, p.9). Sendo atentado no estudo, quanto aos locais configurados como altamente frágeis, “as baixas vertentes que se encontram no limite entre escarpa e vertente e as próprias escarpas” (MIYAZAKI, 2014, p.9), afirmando ainda que, “podem ocorrer quedas de blocos rochosos, devido ao arenito que se apresenta friável”, não sendo recomendado ocupação destes locais, nem estreitamente próximo a eles.

Um aspecto muito importante trazido no estudo realizado por Pedro, vai constatar ainda índices de até 90% de declividade, o que torna propício uma série de processos erosivos provocados principalmente pelas águas pluviais, que atrelada à impermeabilização do solo urbano, não consegue infiltrar-se no solo dos domínios de topo, de forma que

(...), toda água oriunda destes compartimentos morfológicos se concentra em determinados pontos das vertentes e escoam em direção às escarpas e aos fundos de vales. Assim, esse escoamento ganha velocidade ao percorrer a vertente impermeabilizada, pois não há muitos obstáculos para reduzir a velocidade. O escoamento superficial acaba carregando diferentes tipos de materiais, que são depositados nas baixas vertentes ou contribuem na formação de buracos nas ruas e avenidas, além do entupimento da rede de captação de águas pluviais, entre outros. (MIYAZAKI, 2014, p.9)

Feita essa introdução de algumas características do sítio local e suas qualidades, será iniciado uma reflexão acerca da expansão do município, dedicarei este primeiro momento para tratar das consequências físicas do processo expansivo de Marília, com demasiado enfoque às atividade agropecuárias, utilizarei como suporte um estudo geoambiental da região publicado na revista de geociências da UNESP, no ano de 2009, escrito em conjunto por quatro profissionais da área, Maria Ângela Bezerra, Mario Lincoln de Carlos Etchebehere, Antonio Roberto Saad e Fabio da Costa Casado. Estes autores, classificam então três momentos na evolução da paisagem do município, cada um com suas características e efeitos colaterais.

O primeiro momento definido pelos autores é o período pré 1920, antes da chegada dos colonizadores europeus, a região era coberta por uma floresta semi-decidual e com amplos fundos de vale, sendo que “o impacto antropogênico deveria ser restrito, uma vez que a área era ocupada de forma esparsa por índios caiapós.” (BEZERRA et al., 2009, p.436)

Dando sequência a linha do tempo, o segundo momento é marcado pela colonização acelerada que ocorreu à partir da década de 1920 até a década de 1950, houve nesse período uma ocupação rápida e intensa por povos europeus, seguindo o curso do ramal ferroviário construído no divisor de águas do município, “a cobertura florestal foi praticamente varrida da superfície, restando alguns remanescentes apenas em áreas íngremes como as escarpas do Planalto Marília” (Idem, 2009, p.436), esse processo de desmatamento foi realizado para a inserção principalmente do café, à primeiro momento, além também de milho, amendoim e algodão, o problema é que tudo isso foi feito “sem que se respeitasse o limite de suporte do solo, cujo empobrecimento rápido levou ao abandono precoce dos cultivos, piorando a estabilidade já precária dos mantos regolíticos¹ e dos depósitos sedimentares incoesos².” (Idem, 2009, p.436)

Houve ainda durante esse período, um fator agravante na década de 1950, o ingresso do trator ao trabalho rural, transformando os terrenos expostos em grandes alvos de intensa erosão, formação de incontáveis sulcos, ravinas e voçorocas, marcas que ainda não foram totalmente reparadas, junto de todos esses processos erosivos aconteceu de que

a imensa carga sedimentar gerada entulhou a rede de drenagem, assoreando os canais e mantendo as planícies aluviais (depósitos de enxurrada, que incluem detritos de natureza antropogênica, tais como madeira aparelhada, cacos de vidro, fragmentos de cerâmica, etc.), sob a forma de depósitos que podem ser rotulados de ‘tecnogênicos’ no sentido empregado por Oliveira (1994). (BEZERRA et al., 2009, p.437)

Como terceiro momento, é delimitado então o período pós 1960, onde já após “o esgotamento dos solos, a lavoura foi substituída pela atividade pecuária”(p.437), esse processo de transformar o terreno em pastagens é marcado justamente pela formação de uma nova cobertura vegetal, as gramíneas, que quando comparado com o solo exposto, ajudam na proteção do mesmo, há também nesse momento a adoção de técnicas que colaboram com o controle erosivo, “como a revegetação das encostas mais expostas, a implantação de terraceamentos e a construção de pequenas bacias de contenção” (Idem, 2009, p.437), considerando então o contexto do ano de 2009 os autores analisaram que:

Os pontos onde remanescem erosões são, principalmente, os valores onde os talvegues sofreram abaixamento de alguns metros, com a progressiva incisão remontante, gerando as chamadas ‘voçorocas de drenagem’, cujas paredes encontram-se, em boa parte, expostas à erosão pluvial, às enxurradas, à erosão

¹ Camada superficial da Terra que inclui o horizonte de perfis de alteração de rocha; os sedimentos e os solos formados por intemperismo, erosão, transporte e deposição. (SGB – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL).

² Depósitos de sedimentos originários de intemperismo ou erosão.

tubular (piping) e aos solapamentos e desbarrancamentos. Boa parte dos talwegues continua assoreada, inclusive por detritos de origem urbana. (Idem, 2009, p.437-438)

Além disso há ainda um fator crucial nessa interpretação da expansão da malha urbana do município, que durante esse terceiro e último momento comentado, houve um grande movimento migratório da população que trabalhava com a lavoura no setor rural, e com a substituição desta pela pecuária, deslocam-se para os núcleos urbanos, “cujas periferias, ocupadas de forma descuidada, passaram a ser palco de novos focos de erosão acelerada” (Idem, 2009, p.426), sendo que de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia) em 2010 mais de 95% dos munícipes já residiam no perímetro urbano.

Capítulo 2: Crescimento populacional, economia e expansão urbana

Dirigindo o foco do estudo agora para questões relacionadas mais diretamente ao meio urbano, ao desenvolvimento industrial do município e os processos de habitação que envolvem todas essas nuances abordadas até aqui, será utilizado como principal referência a dissertação de mestrado de Júlio César Zandonadi, que trabalhou o conceito de fragmentação urbana em Marília, analisando as novas centralidades e os novos habitats, além da dissertação de Mestrado do Marcelo Nunes, que estudou a produção do espaço urbano e a exclusão social em Marília, ambos pela UNESP de Presidente Prudente, proporcionando um arcabouço teórico para o tema, suportado por numerosos autores que já haviam produzido conteúdo acadêmico sobre o município ainda no milênio passado.

Analisando os fatores econômicos que foram base para o crescimento populacional e conseqüentemente a expansão urbana, é válido frisar novamente essa questão do início como produção rural, que serviu como motivo para um desenvolvimento industrial que dialogasse com o que era produzido. Tendo início com o café, cumprindo ainda, a função de pretexto para as vendas de terra no local, sendo então destacado por Mourão em 1994 e recapitulado por Nunes em 2007 que “a fragmentação das terras e a sua transformação em mercadoria, ou seja, a subordinação do valor de uso ao valor de troca precedeu e sustentou a ocupação da região” (NUNES, 2007, p.16), de forma que, o mercado de terras instaurado neste momento “esteve no centro do processo de formação urbano-regional” (NUNES, 2007, p.16). Seguindo essa linha de raciocínio, Marcelo Nunes vai computar que:

(...) a formação do espaço urbano de Marília deu-se em função do empreendimento comercial instalado com a ocupação da região, via fragmentação e comercialização de terras rurais em primeiro momento e, posteriormente, de terras urbanas. (NUNES, 2007, p.17)

Dando continuidade, ainda amparado na dissertação de Marcelo Nunes (2007) apud Balestrieri (1984), o qual trata da produção algodoeira no município, posteriormente ao café, garantindo rápido e acelerado processo de urbanização a partir da década de 1930, é comentado ainda que “as cidades que nasceram na transição do complexo cafeeiro para a economia industrial e que cresceram graças ao algodão ou à pecuária tiveram da indústria um desdobramento natural e quase imediato da atividade agrária que lhes dava vida” (NUNES, 2017, p.18), justamente visando esta questão, Nunes afirma que:

A atividade industrial surge na cidade de Marília pela transformação do algodão, que será intensamente produzido na região, sobretudo devido à presença da pequena propriedade (resultado da crise de 1929 que forçou muitos fazendeiros a vender lotes constituintes de suas propriedades) e dos imigrantes japoneses, que promoveram também o processo de urbanização, influenciados pelo movimento de acumulação de capital por conta do surgimento de fábricas e indústrias alimentícias que aproveitavam os gêneros regionais. (NUNES, 2007, p.19)

Tendo em vista esse primeiro momento do município, já é notório a questão da comercialização do solo como uma das principais mercadorias, sendo enfatizada em numerosas referências bibliográficas que estudaram a região e o município, tratada até aqui com enfoque em transações mais expressivas, como propriedades rurais e industriais, conforme o desenvolvimento do trabalho e da linha histórica traçada, será analisado também essas transações na escala da moradia urbana e suas consequências.

Para localizar geograficamente como se deu a expansão da malha urbana, tendo como referência a análise das localidades das indústrias, parte-se da década de 1940, onde a primeira zona industrial se fundamenta exatamente no eixo dos topos de morro divisores de águas, principalmente pelo fato da proximidade com a linha férrea e rodovias, permitindo facilidade no transporte, além ainda da disponibilidade de terrenos planos para implementação dessas primeiras indústrias (ZANDONADI, 2008, p.42).

No entanto, a partir da década de 1970, com o crescimento das empresas e a necessidade de áreas maiores, devido principalmente ao plano de ruas estreito da área central e o aumento do preço dos imóveis neste setor da cidade, a maioria das empresas buscaram novas instalações na periferia da cidade. (ZANDONADI, 2008, p.42-43)

Para tal, será utilizado como data de referência o momento pós década de 1960, que já fora contextualizada superficialmente nos parágrafos anteriores, para compreender os ramos industriais predominantes nesta época, é necessário relembrar que o solo já se encontrava consideravelmente enfraquecido, e a lavoura estava em descensão, isso junto de outros fatores provocou um:

(...) impulso para maior diversificação na década de 1970, principalmente no ramo de alimentos, os quais ganham destaque à produção de massas, balas e doces, passando neste momento, tais gêneros, a corresponder a mais da metade da produção industrial do município. Na década de 1970 emerge, no município, também a metalurgia, estando o crescimento desse ramo ligado à diversificação da produção da Indústria Sasazaki, que passou a produzir venezianas (MOURÃO, 1994, p.85-92)

Além dessa diversificação da indústria em Marília, houve também na década de 1970 a criação da “11ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, acompanhada da instalação de vários escritórios da administração pública e privada” (MOURÃO, 1994, p.213), o que marcou ainda mais o papel de centro regional exercido pelo município, não apenas como cidade industrial, mas também como prestadora de serviços. Desse momento até os dias atuais, entre altos e baixos, a Sasazaki continua atuante no ramo da metalurgia, houveram algumas “substituições” no setor alimentício, acontecendo o fim da fábrica de bolachas Xereta, em contraponto à ascensão da Marilan, da Dori, além da instalação de multinacionais como Nestlé e Coca-Cola. “Contudo, as atividades comerciais e de serviços vêm ganhando em diversidade e sofisticação.” (Idem, p.42).

Dentro dessa questão onde encerra-se o parágrafo anterior, tratando principalmente da diversificação de serviços, há um ponto crucial a ser tratado, apresentando total relação com a questão da indústria alimentícia, que não pode passar em pormenores, sendo Marília autodenominada como portadora do título de “capital nacional do alimento”, para tratar dessa, que é componente econômico direto da renda do município, utilizarei como amparo a tese de doutorado da Denise Bomtempo, que estudou as interações espaciais e os circuitos espaciais das indústrias alimentícias de consumo final instaladas em Marília, SP. Nesta tese, refletindo questões acerca da acumulação flexível debatida por David Harvey, Bomtempo vai apontar exatamente que:

O aumento do emprego no setor de serviços, a partir da década de 1970, deixou a falsa impressão de que as vagas no setor industrial haviam diminuído. Hoje, sabemos na verdade, o que ocorreu foi a transferência de atividades, até então desenvolvidas no chão de fábrica, para empresas subcontratadas, ou seja, prestadoras de serviços às indústrias. (BOMTEMPO, 2011, p.279)

É expresso por Bomtempo, referente a essa crescente nas atividades comerciais e de serviços, uma relação direta com a produção industrial, no caso, o ramo alimentício de consumo final, sendo pontuado pela autora uma série de exemplos, onde iniciativas públicas e privadas, desempenham serviços à esse ramo da indústria, que é destaque no município, ela pontua “por um lado, universidades; faculdades de tecnologias; escolas técnicas responsáveis pela qualificação da mão de obra; e, por outro lado, serviços de suporte, tais como: transportadoras; laboratórios de análise; empresas de desenvolvimento de embalagens (...)” (BOMTEMPO, 2011, p.280), além ainda de serviços de consultoria, vigilância e limpeza, que

atendem às indústrias alimentícias, apesar de serem interpretados dentro da categoria de prestação de serviços, ao invés de empregados do setor industrial.

Feita essa breve contextualização da localidade das indústrias no município, além de explicar, de forma sucinta, outras atividades econômicas, será seguido o mesmo trajeto para tratar da expansão do tecido urbano, partindo já do ano de 1928 quando começou a circulação dos trens e fixação dos primeiros patrimônios urbanos, sendo eles “densamente ocupados, gerando, cada vez mais, a necessidade de conversão de terras de uso rural para uso urbano.” (ZANDONADI, 2008, p.44). O crescimento demográfico implicou na necessidade da expansão contínua da malha urbana, que, como já comentado anteriormente, seguiu o eixo norte/sul, neste primeiro momento de industrialização (década de 1940) tendendo mais ao norte, acompanhando a linha férrea que dirige-se ao município de Pompéia, na década seguinte (1950), manteve-se a expansão ao sentido norte e noroeste acompanhando a linha ferroviária, passando também a expandir-se à oeste, pelo eixo rodoviário que vai em direção ao município de Assis (ZANDONADI, 2008, p.45-46).

Seguindo essa linha do tempo, houve na primeira metade da década de 1960 uma queda no ritmo de crescimento demográfico, retomando o ritmo de expansão em 1964, intensificando-se ainda mais a partir da década de 1970, caracterizando até tal momento, a:

(...) extensão do tecido urbano em continuidade aos loteamentos já existentes, sendo que, loteamentos implantados em descontínuo eram exceções.

Contudo, entre meados da década de 1960 e o início da década de 1970, a expansão territorial da cidade começou a se efetuar em níveis superiores ao do crescimento populacional, quando as discontinuidades territoriais passaram a ser tendência, ao invés de exceções. (ZANDONADI, 2008, p.46)

Este mesmo ritmo de crescimento acelerado e descontínuo comentado por Zandonadi predominou nas próximas décadas, passando a assumir, após a década de 1970, os eixos rodoviários (ao noroeste sentido Pompéia, norte sentido Lins, oeste sentido Assis e sudeste pela rodovia perimetral), com implementações de loteamentos populares destinados à trabalhadores assalariados de baixo poder aquisitivo, implicando lotes pequenos e em grandes quantidades. Seguindo essa lógica, podemos observar na Tabela 1 que a população urbana saltou de 75.139 pessoas em 1970 para 189.719 pessoas em 2000, com a área urbana em metros quadrados alcançando respectivamente de 10.923.829,94 para 42.000.000,00, expressando tendência que acompanha todo o desenvolvimento do município, acentuando-se cada vez

mais. Podendo analisar com maior riqueza de informação a passagem da década de 1990 à 2000.

Tabela 1 – Evolução da população urbana e da área urbana em Marília, SP

Ano	População Urbana	Área Urbana (m ²)
1970	75.139	10.923.829,94
1980	106.654	25.251.989,68
1991	144.906	30.855.320,60
1996	163.668	34.017.121,03
2000	189.719	42.000.000,00
2010	216.745	*sem dados
2020	240.590 *estimativa	*sem dados

Extraído de Zandonadi (2008) e complementado para 2020 por Santos.

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Carta Base da Prefeitura Municipal de Marília - SP

A partir da década de 1990, a expansão da malha urbana do município alcança grandes patamares, onde a área urbana expandiu-se dos 30.855.320 m² em 1991 para 42.000.000 m² em 2000, apresentando uma expansão territorial nesta década superior às primeiras cinco décadas do município, 1930 a 1970, como foi apontado por Zandonadi, o qual, apoiado em Leme (1999), implica que esse intenso crescimento territorial foi fruto do “surgimento de diversos loteamentos nas áreas periféricas” (ZANDONADI, 2008, p.47). Dentre estes loteamentos nas áreas periféricas, cabe destaque ao Conjunto Habitacional Nova Marília como marco referencial para este padrão de habitação na Zona Sul, servindo de orientação para novos loteamentos, outros exemplos são o Santa Antonieta, que direcionou a expansão no sentido Norte e o CECAP Aeroporto no sentido Leste.

Torna-se imprescindível comentar a falta de dados referente a área urbana do município para o século 21, dados esses que foram buscados em visita a Secretaria de Planejamento Urbano do município de Marília e a mesma não possuía informações a respeito, o dado mais recente disponibilizado pela secretaria foi o respectivo ao ano 2000, isso gera um demasiado desfalque de informações para os munícipes acerca do próprio local onde vivem. Cabe ainda comentar, referente à expansão urbana em Marília no século 21, alguns loteamentos populares, com destaque ao Maracá, que seguiu o eixo Norte, em descontínuo com a malha urbana do município, porém em contato mais íntimo com o distrito de Padre Nóbrega, dando início à

uma futura ligação deste setor com o resto da malha urbana. Outro ponto pertinente que surge nesse momento são os loteamentos de condomínios fechados de alto padrão no eixo Leste, seguindo a orientação da Avenida das Esmeraldas e da Rodovia SP-294, sentido Bauru, em contato mais próximo com o distrito de Lácio, compondo uma perspectiva de junção dos distritos do município com o restante da malha urbana do mesmo.

Retomando o momento da década de 1990 para 2000, foi onde o aumento do preço do solo chega a dobrar o valor de troca quando comparado com a década anterior, é onde começam a surgir os primeiros bairros e loteamentos destinados a pessoas de grande poder aquisitivo, ocorrendo geralmente de forma descontínua em relação à malha urbana, é quando há o maior aumento do valor do m² na cidade. (ZANDONADI, 2008, p.47)

É, deste modo, que podemos observar que a produção territorial da cidade de Marília obedece às lógicas capitalistas, tendo como característica a produção da malha urbana em patamares superiores ao crescimento populacional, ou seja, indicando tratar-se de uma expansão de caráter, prioritariamente, especulativo.

Além da produção territorial, nestes moldes, outro fator que contribuiu e contribui para o crescimento territorial da cidade em descontínuo, são as características geomorfológicas do sítio sobre o qual a cidade se assenta, o qual cria obstáculos para a expansão, além de dar particularidades ao tecido urbano da cidade de Marília. (ZANDONADI, 2008, p.47-48)

Neste momento é reafirmado o ponto central do desenvolvimento do trabalho em questão, após caracterizar a expansão urbana e os primeiros fatores de descontinuidade da malha urbana através de fins especulativos, é alcançado os limites das escarpas e, temos o fator geomorfológico como limitante físico da expansão contínua da malha urbana mariliense e a ocupação dos limites das escarpas como característica no município.

Zandonadi, ao comentar sobre essa característica de haver todo um contorno de escarpas fortemente festonadas, diz que é inviável a ocupação urbana dos fundos dos vales, ou caro demais, além dos diversos pontos do tecido urbano que encontram-se separados por vales, “todavia, é importante ressaltarmos que a descontinuidade não é produto apenas das características de sítio, mas esse é um dos fatores que contribuem para essa descontinuidade, pois limita as edificações e (...) transporte entre áreas da cidade.”(ZANDONADI, 2008, p.49-50).

É comentada ainda na dissertação de Zandonadi sobre o público que ocupava essas margens das escarpas na periferia do limite urbano do município, sendo que no período próximo à década de 1970 essas áreas eram marginalizadas pelo poder imobiliário, sendo

então ocupada e apropriada por pessoas de baixo poder aquisitivo através de moradias irregulares, apresentando o fato de 11 das 16 favelas pesquisadas pelo autor se encontrem nessas vertentes. Sendo que apenas a partir da década de 1990 que essas áreas passaram a ser exploradas pelo mercado imobiliário, passando por um processo de expressiva valorização para a implantação de novos loteamentos, tanto com condomínios fechados de grandes lotes horizontais, quanto verticais. (ZANDONADI, 2008, p.51)

Deste modo, podemos observar que as características do sítio influenciaram diretamente o processo de estruturação da cidade de Marília, seja como obstáculos para a expansão territorial da cidade, seja como empecilhos para circulação e comunicação entre as áreas da cidade, sejam como diferentes maneiras de se apropriar destas formas de relevo, seja como uma forma de separar segmentos socioeconômicos dentro da cidade. Assim, o sítio onde se assenta a cidade contribui e tem contribuído para o surgimento e aumento de dinâmicas urbanas como a segregação socioespacial(...) (ZANDONADI, 2008, p.51)

Visto essa expansão e ocupação descontínua e fragmentada do território, por motivos especulativos, geomorfológicos, ou qualquer outro que seja, cabe-se refletir sobre os efeitos colaterais que esse tipo de expansão pode acarretar, para tal, Júlio Zandonadi (2008) apud Font (2007, p. 66), traz para o estudo os custos coletivos e sociais que podem acontecer, sendo os custos coletivos “da dispersão, tais como desperdício, mau uso ou comprometimento de bens naturais como: água, energia, solos, etc.” (ZANDONADI, 2008, p. 70). E os custos sociais:

pela perda de urbanidade, de habitabilidade, de sociabilidade, decorrentes de tais tipos de assentamentos, bem como a dependência da mobilidade individual através do automóvel, com a tendência à sub-utilização do capital social fixo, para oferecer transportes e serviços públicos, contrapondo duas lógicas, a racionalidade privada e a coletividade, diante disso, vemos que ambos os custos, apostados por Font, trata-se de custos coletivos, que atingem diretamente ou indiretamente a coletividade. (ZANDONADI, 2008, p. 70)

Outros efeitos colaterais abordados na dissertação de Júlio César (2008) apud Mítica (2007, p. 82):

várias consequências, primeiramente com a descontinuidade, que traz vantagens para os mais ricos, e desvantagens para os mais pobres, no que diz respeito ao acesso a infra-estrutura, a outras áreas do território, além de manter grandes áreas não-edificadas, tendo muitas vezes usos agrícolas, ou mesmo, áreas sem uso, apenas com fins especulativos; diminuição da densidade bruta,

com lotes cada vez maiores; necessidade de acomodação do automóvel; a separação de usos, com a mistura de usos em escala regional, enquanto no local, espaços cada vez mais separados por função; surgimento de novas centralidades, começam a surgir nas cidades após a década de 1970, as quais competem entre si e com o centro principal; e a segregação física, a qual não se dá apenas pela colocação de barreiras físicas, mas também pelos novos desenhos das ruas com a formação de um sistema viário altamente hierarquizado, pelo controle legal sobre espaços públicos e coletivos e pela criação de empreendimentos focados a grupos específicos e que levam a formação de grupos homogêneos no espaço. (ZANDONADI, 2008, p.70)

Fato é que todos esses efeitos colaterais citados até aqui, são provenientes da forma como o espaço urbano é/foi desenvolvido, neste caso do município mariliense, sob as óticas do modo de produção capitalista. Para refletir então sobre estes danos sociais, é pertinente retomar o início do desenvolvimento urbano e fundação da cidade, para tal, temos o ponto de vista firmado por Nunes, que implica em um início baseado na apropriação, fragmentação e comercialização da terra, “sobrepondo valor de troca ao valor de uso aliada à acumulação capitalista” (NUNES, 2007, p.21), sendo essa a sustentação para uma produção urbana desigual, uma produção do espaço urbano como processo social excludente, que se demonstrou “como expressão da acumulação capitalista e da forma como esta acumulação promoveu as mudanças que possibilitaram o desenvolvimento econômico e o acirramento das contradições socioespaciais urbanas.” (NUNES, 2007, p.20). Sendo que:

É na produção do espaço urbano que os processos sociais excludentes apresentam maior visibilidade, devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definem a cidade estarem ligados a processos de acumulação capitalista que, por sua vez, são seletivos e acentuam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e representando em termos práticos a formação de territórios precários.

Tais contradições criam-se e estruturam-se a partir da relação de dominação-subordinação centrada no processo de acumulação e centralização da propriedade e do poder (NUNES, 2007, p.21)

Realizado todas essas reflexões sobre como se deu o processo da chegada dos imigrantes nesta região, as fontes de renda que financiaram e motivaram tal colonização do local, como se deu brevemente o desenvolvimento industrial no município e, principalmente, como funcionou o processo de expansão do tecido urbano ao longo dessas décadas, atrelado aos ramais de transporte e a relação íntima que o relevo implicou em todo esse processo, será delimitado agora um recorte específico dentre todas essas escarpas que circundam o perímetro urbano do

município de Marília - SP, de forma a analisar e refletir sobre as condições presentes nestes locais e demais especificidades.

Capítulo 3: Estudo de Caso - O Vale do Barbosa, que separa as zonas Sul e Oeste no município de Marília/SP.

Este é o lado do divisor de águas que corresponde ao Rio do Peixe, tendo como fluxo d'água intra³ escarpa o Córrego do Barbosa. Será tratado nesta sessão a respeito da ocupação desta região, partindo dos fundos de vale, às ocupações mais próximas às escarpas e suas respectivas características nos lados Sul e Oeste, além dos ramais rodoviários mais emblemáticos em cada um dos locais. Isso será feito a partir de levantamentos bibliográficos, auxílio de ferramentas/software online que utilizam imagens de satélite e também a ida à campo. Além da análise sobre o que é proposto pelo Plano Diretor do município para o local e para essa questão das escarpas, referidas também como itambés.

Para que fique nítido o local da área de estudo, fora produzido dois mapas, o mapa 3 que expressa a localização da área, apresentando o córrego do barbosa entre as escarpas, além da linha férrea e principais rodovias que atravessam o município, permitindo observar que a área recortada para estudo de caso se localiza em desenvolvimento íntimo, tanto com o relevo, quanto com a malha viária, principalmente ao analisar as habitações presentes na Zona Oeste, que utilizam a rodovia SP-333, que liga Assis a Marília, como alça de acesso ao centro e às outras regiões da cidade. Além do Mapa 4, onde fica expresso a questão do relevo, por ser um mapa hipsométrico, havendo também todo o esquema de arruamentos do município, o que já permite analisar alguns outros fatores, como tamanho das quadras na Zona Sul em comparação com a Zona Oeste, além de deixar nítido a expansão da malha urbana de forma descontínua sentido Assis. Seguem os mapas:

³ Ao interior das escarpas que delimitam o vale do barbosa.

Figura 3 - Mapa da Área de Estudo

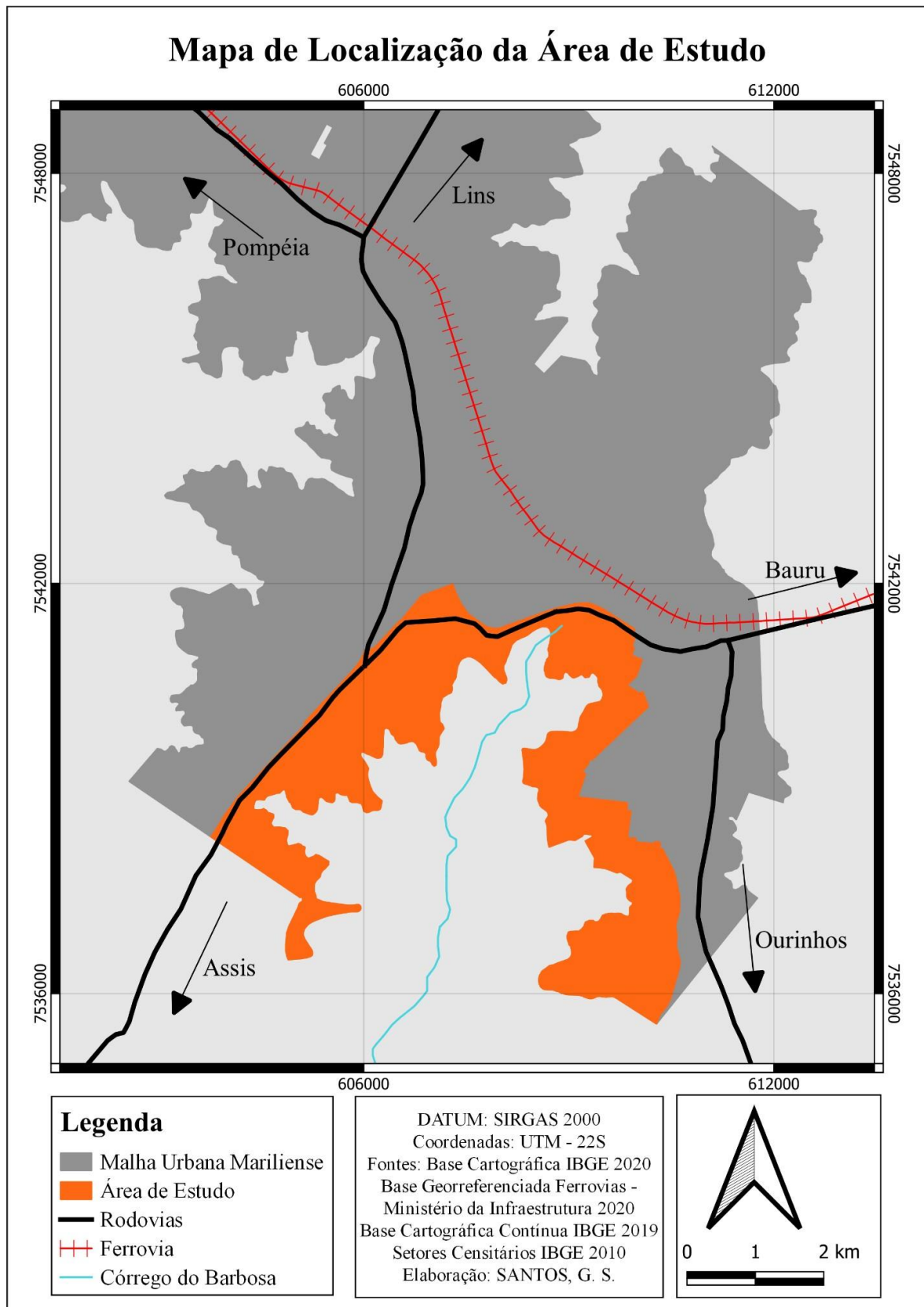
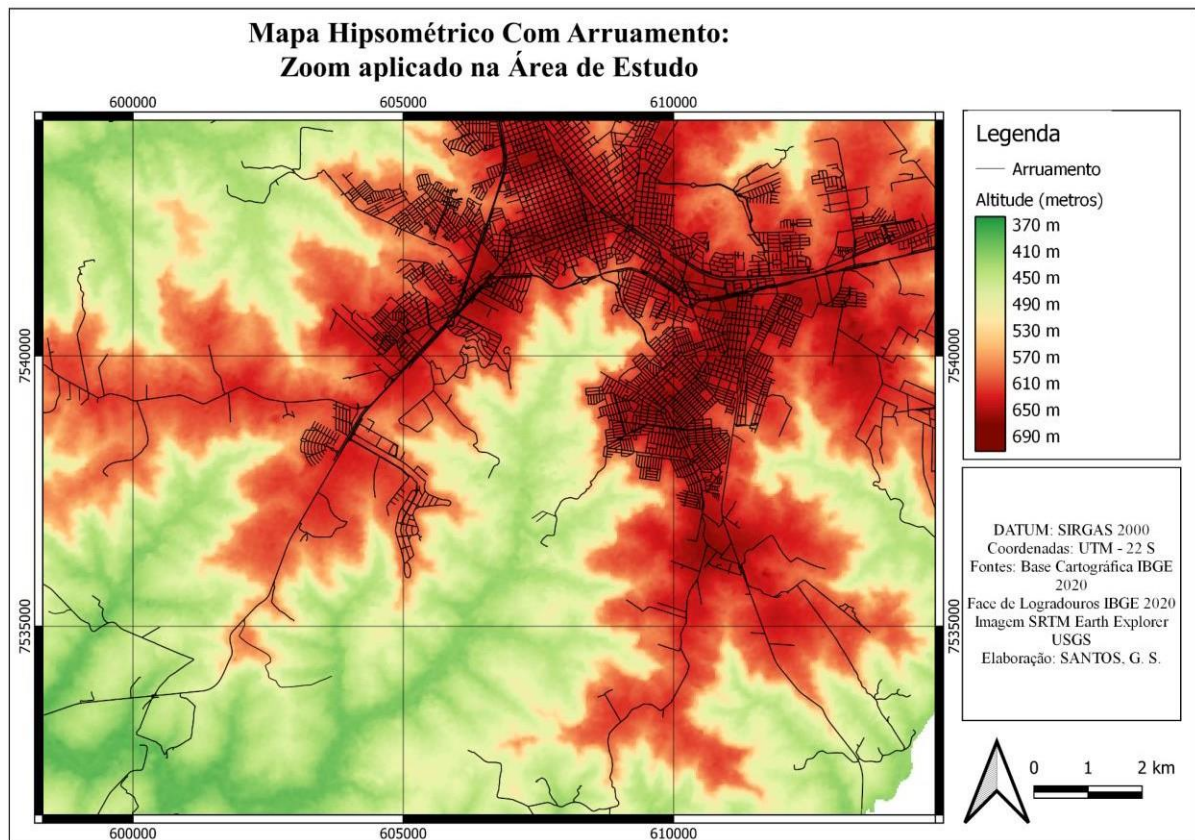


Figura 4 - Mapa Hipsométrico da Área de Estudo



Os fundos de vale têm um histórico de ocupação mais tardio e de predominante produção agropecuária, sendo que nos dias atuais as áreas de pastagens continuam ocupando a maioria significativa dos fundos de vale, em especial nesta região delimitada como estudo de caso, que tem como fluxo de água o Córrego do Barbosa, afluente do Rio do Peixe. Já fora comentado previamente na construção deste trabalho, sobre a presença de material tecnogênico compondo os dejetos sólidos que são encontrados nessa região de fundo de vale, por conta do trajeto que a gravidade e o relevo impõem à água, que carrega junto de si vários compostos sólidos, onde a ocupação dessas margens tão íngremes tornam inevitáveis a presença de materiais de origem humana mesmo onde os humanos não habitam tão intensamente, isso se torna ainda mais intenso visto a dualidade sobre como é disposta a legalidade da ocupação das margens da escarpa, que será discutido posteriormente, ao tratar do plano diretor do município. Para expressar essa questão dos depósitos tecnogênicos⁴, apresento a seguir uma fotografia tirada em um dos trabalhos de campo, representando um descarte ilegal de lixo, aparentemente entulhos e restos de material de construção, permitindo perceber, madeiras, pregos, cerâmicas, latas, sacos de cimento e poda de árvores, tudo isso em uma distância inferior de 50 metros do limite da escarpa, de forma que, todo este material, uma hora ou outra, poderá ser deslocado

⁴ Depósitos de sedimentos fruto da ação humana.

com auxílio da água para região de fundo de vale, carregando junto de si parte do solo, contribuindo para a aceleração de processos erosivos.

Figura 5 - Descarte irregular de entulho próximo ao limite da escarpa.



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Observando através do mecanismo de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélites, oferecidos pelo Google, além da ida à campo, é possível observar a ocupação do local através de três usos distintos, o primeiro já comentado é a produção agropecuária, o segundo é um pequeno loteamento de chácaras, além de uma ou outra residência espalhada pelo fundo de vale e a estação de tratamento de esgoto (ETE) da bacia do Córrego do Barbosa.

Essa ETE do Barbosa, de acordo com o site da prefeitura do município, atende a 85 mil munícipes e tem capacidade para tratar 416 litros de esgoto por segundo. Ela é composta por seis lagoas, duas de aeração com 120 metros de comprimento e 90 de largura, as outras quatro para realizar o processo de decantação, possuindo 120 metros de comprimento e 4 de largura.

Subindo as escarpas, encontramos variadas formas de ocupação do uso do solo ao longo de todo contorno, com características bem distintas da Zona Sul em comparação com a Zona Oeste.

Partindo das escarpas em direção ao interior da Zona Sul de Marília, temos a predominância de bairros habitacionais de trabalhadores de baixo poder aquisitivo, havendo inclusive algumas favelas nas margens das escarpas (há aqui uma questão conceitual sobre o que define-se por favela, sendo de acordo com o IBGE necessário um aglomerado de mais de 51 domicílios para ser denominado por este termo, porém será considerado aqui os domicílios improvisados fruto de ocupação de terrenos públicos/privados para fim de habitação), como a situação encontrada no Parque das Azaléias, no Toffoli, Parque dos Ipês, Vila Real e Jardim Nacional, sendo que afastando-se dessas escarpas a presença de favelas continua presente espalhadas por toda a Zona Sul do município, como nos casos do Homero Zaninoto, Santa Paula e Jardim Marajó.

Como fonte de dados para analisar essas favelas utilizo um estudo feito por Abraão Pustrelo Damiano, publicado na Revista do Laboratório de Estudos de Violência da UNESP/Marília, em 2014, que analisou o espaço urbano, a produção do espaço e a segregação socioespacial em Marília - SP. Neste estudo, Damiano analisa a situação baseado em dados disponibilizados pela FAMEMA (Faculdade de Medicina de Marília) junto com a Secretaria de Assistência Social, constatando que houve uma redução do número de favelas da segunda metade da década de 1990 para a primeira metade da década de 2010, havendo, no entanto, mais famílias aglomeradas nesses tipos de aglomerados subnormais, constatando um aumento de 20% no total de famílias vivendo em favelas na cidade. (DAMIÃO, 2014, p.63).

Tratando especificamente dessas favelas descritas como pertencentes à Zona Sul de Marília, foi constatado um total de 443 domicílios entre os anos de 2002 e 2003, em comparação com os 456 domicílios 10 anos depois, em 2012, um aumento pouco chamativo ao analisar os 13 domicílios extras no total da soma das favelas, no entanto, ao analisar os dados de cada uma delas, nota-se primeiramente o surgimento de duas neste meio tempo, o Parque das Azaléias e o Parque dos Ipês, além da queda considerável dos domicílios da Favela do Toffoli, a mais populosa da região e segunda (terceira em 2012) com maior número de domicílios do município, outra que sofreu queda considerável foi na região do Jardim Marajó. Chamo a atenção para estas duas em específico pois em proporção próxima ao tanto que fora diminuído nestas, aumentará nas novas favelas que nasceram ao seu lado, ainda mais afastadas, ao lado do Toffoli surge o Parque das Azaléias, enquanto continuando após o Jd. Marajó há o aumento dos domicílios no Santa Paula e Homero Zaninoto, como é possível observar pela Tabela 2, organizada por Sueli Félix e retirada do estudo de Damiano (2014), onde grifei as favelas presentes na Zona Sul:

Tabela 2 - Nome de Favelas e número de domicílios, Marília – SP

	Domicílios 2002/3*	Domicílios 2012**	Variação
1 Jd. America -Favela do Piolho	16	58	262,5%
2 Jd. Eldorado - Favela do Bronkis	99	91	-8,1%
3 Argolo Ferrão	164	201	22,6%
4 Parque das Vivendas	44	46	4,5%
5 Favela Universitária	28	48	71,4%
6 Vila Altaneira		44	
7 Vila Barros	324	320	-1,2%
8 Jânio Quadros		77	
9 Favela do Linhão		53	
10 Santa Antonieta II	75	59	-21,3%
11 Parque das Nações	89	54	-39,3%
12 Favela do Tóffoli	221	141	-36,2%
13 Favela Parque Azaléia		56	
14 Vila Real	24	80	233,3%
15 Parque dos Ipês		10	
16 Jd. Nacional	53	24	-54,7%
17 Homero Zaninoto	20	37	85,0%
18 Santa Paula	44	68	54,5%
19 Jd. Marajó	81	40	-50,6%
20 Higienópolis	3	Não existe	
21 Padre Nóbrega	14	Não existe	
22 Jd. Poliana	8	Não existe	
TOTAL	1307	1507	15,3%

Org. Sueli Andrucioi Félix apud. Damiano (2014), grifo nosso.

Além das favelas que ocupam as margens das escarpas que delimitam a Zona Sul de Marília, há ainda toda uma presença de bairros habitacionais que circulam o relevo característico da região, os mais próximos das escarpas são: Prof. Antonio da Silva Penteado; Antonio Carlos Nascimento da Silva; Parque dos Ipês; Jardim Teotônio Vilela; Jardim São Vicente de Paula; Vila Real; Conjunto Habitacional Monsenhor João Batista Toffoli; e Jardim Continental. Além dos populosos bairros habitacionais localizados mais ao interior da Zona Sul, onde destacam-se o Núcleo Habitacional Nova Marília e o Conjunto Habitacional Paulo Lúcio Nogueira (CDHU - vertical). Além de um ou outro condomínio fechado vertical, de padrão de consumo médio ao aproximar-se do centro, como o condomínio vertical Residencial Portal do Valle, que se localiza próximo à margem da escarpa, assim como da via expressa que garante rápido acesso ao centro de automóvel, além dos Condomínios Residencial Das Rosas e Residencial São Luiz, que se encontram relativamente próximos da margem da escarpa e mais distantes do centro, é possível observá-los de vários ângulos da cidade, segue um mosaico que enquadra prédios de perto, dos dois residenciais para que seja possível analisar o padrão

arquitetônico dos mesmos, encontrando-se no quadrante superior o Residencial São Luiz, sobre o Residencial das Rosas. São estas as edificações verticais visíveis na Figura 6:

Figura 6 - Condomínios verticais no interior da Zona Sul



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Os principais ramais de transporte na Zona Sul são a Transbrasiliana BR-153 (sentido Ourinhos, Sul), a Avenida Sampaio Vidal (Via Expressa), a Avenida Tomé de Souza e a

Avenida João Ramalho, além de sua continuação na Durval de Menezes, todas se destacam pelo papel de transporte sentido Centro/Bairro e Bairro/Centro, porém são também pontos cruciais de comércio na Zona Sul, apresentando segmentos específicos em cada uma delas. Destaco aqui o comércio de bens de produtos habituais nas avenidas Tomé de Souza, João Ramalho e Durval de Menezes, enquanto há algo mais especializado no setor de mecânica e pequenas indústrias nas regiões da Via Expressa e BR-153, com destaque ainda, para presença numerosa de pontos de coleta de material reciclável (“ferro velho”), apresentando, no entanto, outros segmentos de estabelecimentos comerciais.

Referente ainda a esses ramais de transporte na Zona Sul, é importante destacar o papel da Av. João Ramalho como condutora de uma nova centralidade no município, dando ênfase principalmente à abertura de agências bancárias e dos correios, além dos demais serviços oferecidos na região, este destaque é importante por romper a necessidade de deslocar-se até o centro da cidade para utilizar dos serviços bancários e dos correios, enquanto existiam apenas em tal região. Uma vez disponível estes serviços também na Zona Sul, concentra-se cada vez mais a população desta área nela mesma, compondo então um eixo comercial significativo para o município.

Para deslocar-se até a zona oeste, visto o grande vale que as separam, é necessário aproximar-se muito ou cruzar o centro da cidade, isso pode ser feito através da rodovia Salgado Filho (continuação da BR-153), contornando a escarpa com um automóvel, ou indo para o centro pelo transporte público e fazendo uma baldeação. Na Zona Oeste do município, destaca-se também uma rodovia como principal via de transporte, a SP-333 (sentido Assis, Oeste), além da Avenida Rio Branco e sua continuação na Avenida da Saudade, destacando também a Avenida Higino Muzi Filho. Assim como na Zona Sul, as principais vias de transporte encontram-se como alvo para o desenvolvimento do comércio, havendo aqui, principalmente na Avenida Rio Branco, uma oferta de bens mais requintados, como lanchonetes e bares de padrão elevado, enquanto a Av. Higino Muzi Filho destaca-se por ser o acesso às universidades que compõem a cidade universitária do município.

Analisando agora a ocupação das margens da escarpa do lado Oeste, temos uma diferença explícita e grandiosa quando posto em comparação com a face oposta da escarpa (Zona Sul), próximo à rodovia e também ao centro da cidade, há o bairro Jardim Acapulco, que caracteriza-se pelas residências de padrão elevado e pela presença de comércios/prestação de serviços especializados, não sendo, no entanto, um bairro fechado. Continuando a Oeste, temos a cidade universitária, com destaque para a fundação UNIVEM, a universidade UNIMAR e também a UNESP de Marília, esse fator universitário agrega todo um valor para as residências

de aluguel que rotacionam de acordo com as turmas que vão se formando, além de toda uma categoria de comércio e prestação de serviços tendo o estudante universitário como público alvo, havendo ainda as residências que podem ser enquadradas em diferentes níveis de poder aquisitivo, além de um aglomerado de pequenos apartamentos, variando de 4 à 8 andares, podendo conferir essas informações nas Figuras 11 e 12. Outro fator de destaque para a região é a Paschoalotto, que presta serviços financeiros e emprega uma quantidade significativa de pessoas, além ainda de um grande hospital universitário, que é referência na região, sendo ponto de chegada de pessoas de variadas cidades ao arredor.

Continuando a Oeste, temos então um demasiado “vazio” que representa parte do campus da UNIMAR, que possui uma extensa fazenda experimental, utilizada nos cursos de agropecuária e veterinária, que implica em uma descontinuidade da malha urbana que não por fator geomorfológico. É após esse espaço que encontramos a maior discrepância quando comparamos a ocupação das margens da escarpa localizada na Zona Sul com o oposto na Zona Oeste, observando os condomínios fechados Serra Dourada e Valle do Canaã, para pessoas com alto poder aquisitivo, implicando em lotes grandes e casas de altos valores, sendo um ponto bem isolado de toda a cidade e extremamente próximo a Área de Proteção Permanente das Encostas, vendendo uma publicidade de segurança privada e proximidade com a natureza. Havendo então a não ocorrência de domicílios improvisados nessas áreas de proximidade à escarpa, ficando as favelas da Zona Oeste localizadas ao norte da rodovia SP-333 que liga Marília a Assis.

Visto essas duas realidades tão discrepantes, em mesma condição primária de periferia, tanto em relação ao centro, quanto em relação ao relevo, vale compreender vossa formação e surgimento, sendo pertinente pontuar alguns fatos, como a criação do Núcleo Habitacional Nova Marília, no eixo da Transbrasiliana na Zona Sul, na década de 70, com moradias de baixa renda, acarretando na criação e desenvolvimento de comércios e serviços com foco nesse padrão socioeconômico, junto do adensamento da área ao passar dos anos. Enquanto na outra face da escarpa, as Universidades e a não existência de um aglomerado de moradias populares favoreceu o surgimento de condomínios de chácaras e de moradias de alto padrão.

Essas duas condições podem implicar em duas realidades distintas de segregação, com fatores e motivos diferentes, baseado nisso tentarei aplicar a hipótese de analisar as regiões com os conceitos de Segregação induzida e Auto segregação na próxima sessão deste estudo que está sendo realizado, além de analisar outros fatores, como a exclusão social. Seguindo isso, será atentado ao Plano Diretor do município, analisando e refletindo acerca de informações e projetos para as regiões de escarpa, também para questões que afetam a área de estudo.

3.1 Ocupação habitacional antagonista nas margens da escarpa: segregação socioespacial e exclusão social

Aqui será tratado de forma mais aprofundada sobre as condições tão distintas entre as residências localizadas na zona recortada como área de estudo, lembrando o contexto semelhante de periferia em relação ao centro e de mesma condição geomorfológica, ocupando área de limite da escarpa, traçando uma reflexão acerca de conceitos-chaves da geografia, como segregação socioespacial, descontinuidade e fragmentação, refletindo assuntos como a exclusão social e o papel do Estado na formação de solo urbano.

Para tratar deste contexto, já foi refletido acerca da produção desigual do espaço urbano, amparado principalmente pela dissertação de Marcelo Nunes, além de alguns efeitos colaterais coletivos que uma cidade desigual pode expressar, será proposto agora uma hipótese para tentar refletir as opostas realidades presentes nas residências que se encontram na área de estudo, tentando apontar duas formas de segregação socioespacial, uma por conta própria, onde um grupo de pessoas optou em se distanciar do centro urbano, além de residir próximo a um acidente geográfico propositalmente, em comparação a outro grupo, que foi direcionado à essas regiões, seja por incentivos do Estado, com a criação de polos habitacionais, seja pela falta de opção no mercado imobiliário, frente a condição financeira. Isso será desenvolvido mediante revisão bibliográfica, analisando algumas definições de segregação socioespacial em primeiro momento, em seguida, como esse fenômeno se desdobra em Cidades Médias e especificamente em Marília, para que daí possa buscar valores das residências em imobiliárias do município, distâncias, padrão arquitetônico, arborização e notícias sobre as regiões e alguns outros indicadores que possam ser pertinentes, no intuito de interpretar essas duas faces de ocupação habitacional, concluindo a sessão comentando sobre a questão da exclusão social, a identificação desta na área de estudo, além de pensar o papel do Estado neste contexto.

De forma a iniciar a reflexão acerca da segregação socioespacial, utilizar-se-á um artigo produzido pelo Dr. Silvio Negri, onde o mesmo analisa alguns conceitos e definições, realizando uma revisão teórica de como o conceito se desenvolveu ao longo do tempo, já expressando ao primeiro contato que, a segregação, “não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço.” (NEGRI, 2008, p.129). Onde:

Cada vez mais a cidade é lugar de atuação dos agentes de produção do espaço.
Uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua

organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. (NEGRI, 2008, p.130)

Comentado isso, Negri pontua ainda que, é a classe mais alta, consumindo e valorizando o espaço de forma diferente, que produz a segregação socioespacial.

Após essa breve introdução temática, Silvio começa uma reflexão histórica acerca do conceito e de sua utilização, para apresentar que um modelo de segregação sempre existiu na história da sociedade, através de diferentes formas. Para tratar delas, o autor se ampara na produção de Marcuse, o qual propôs que a divisão pudesse ocorrer de três formas, cultural (língua, religião, características étnicas, etc.), funcional (divisão do espaço de acordo com a função exercida), ou ainda uma divisão por diferença no Status Hierárquico (relação de poder), apontando, no entanto, que “a partir da revolução industrial, a maioria dos tipos de segregação encontrados no espaço urbano ocidental são por classe ou etnia.” (NEGRI, 2008, p.131).

Apesar da segregação socioespacial existir já a tantos séculos, desde as cidades gregas, romanas e chinesas, como é apontado por Negri, ele vai comentar que Roberto Lobato Corrêa identificou o primeiro modelo de segregação sendo proposto pelo geógrafo alemão J. G. Kohl, no ano de 1841, onde este, interpretava a cidade dividida em anéis, ficando a alta classe no centro e os pobres nas periferias. Quase um século após, indo na contramão deste modelo de Kohl, na década de 1920, E. W. Burgess, influenciado por produções de Friedrich Engels, vai apontar que as camadas mais ricas passam a viver na periferia, buscando qualidade de vida e segurança, enquanto os mais pobres buscam o centro para se aproximar do trabalho (NEGRI, 2008). A discussão fruto das reflexões entre estes dois modelos, contribuiu para o surgimento de um outro, produzido por Hoyt, um economista norte americano, que não seguiu um tipo concêntrico, ao invés disso, em setores que partiam do centro, “onde a região de maiores amenidades era ocupada pela classe de mais alta renda, sendo circundada pela classe média e estando a classe pobre localizada diametralmente oposta.” (NEGRI, 2008, p.131-132).

Continuando um tracejar histórico, Negri vai tratar na sequência, da Escola de Chicago, ou Escola de Ecologia Urbana, onde as análises urbanas eram baseadas em modelos metodológicos do Darwinismo Social, propondo uma perspectiva positivista da realidade. Zandonadi também faz um pequeno levantamento sobre o conceito de segregação socioespacial e, ao tratar desta Escola de Chicago, ele traz que “a segregação foi definida como sendo um processo ecológico, resultado ‘(...) do processo de competição impessoal, que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais.’” (ZANDONADI, 2008, p.148). Zandonadi

conclui ainda, amparado na produção de Côrrea, que há uma limitação na abordagem do conceito desta forma, justamente por replicar os processos ocorrentes no mundo natural.

Apesar das limitações do modelo da Escola de Chicago, ela proporcionou uma série de avanços nas ciências humanas, um dos pontos frisados por Negri é justamente a identificação que eles faziam entre duas formas de segregação, sendo uma voluntária e outra involuntária, onde um residiria em tal lugar por sua própria iniciativa, outro seria destinado a determinados espaços por forças externas. Este ponto é seguido até os dias atuais, com algumas mudanças conceituais, porém seguindo essa mesma premissa de que um se dá por conta própria e outro não.

Acontece que, essas proposições feitas pela Escola de Chicago, estudaram geralmente imigrantes, estes que quando chegavam iam residir-se junto dos seus semelhantes, parentes e amigos, “por diversas razões de ordem cultural, moral, étnica, entre outras.” No entanto, Negri afirma que isso proporciona uma falsa noção de segregação voluntária, encobrando, na realidade, “as diferenças sociais entre os vários grupos que habitam a cidade.” (NEGRI, 2008, p.133).

A partir da década de 1970 há um demasiado avanço teórico ao redor do conceito de segregação socioespacial, começando a ser realizado também numa perspectiva marxista, como aponta Silvio Negri, sendo que neste momento, houve interesse em analisar também a causa dos fenômenos, não apenas as consequências. Neste sentido, tanto Negri, quanto Zandonadi, apontam alguns autores como destaque, entre eles o Castells, o qual Zandonadi comenta possuir uma visão mais estruturalista, onde “a distribuição dos locais de residência seguem as leis gerais de distribuição dos produtos em função da capacidade social dos indivíduos, o que no capitalismo dá-se em função da renda, do status profissional, nível de instrução,” entre outros pontos (ZANDONADI, 2008, p.149). É apresentado ainda por Júlio Zandonadi, a definição da Beltrão Sposito na contribuição à composição do conceito, onde Sposito define como “(...) a expressão no nível espacial de um processo de diferenciação social, ou mesmo de acentuação da divisão social do espaço dentro da cidade.” Outro autor deste mesmo contexto trazido por Zandonadi é Corrêa, que definiu segregação “como um processo espacial vinculado, sobretudo, à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais, definindo, deste modo, a divisão social do trabalho.” (Idem, p.150). Chegando até as definições propostas por D. Harvey, que é enaltecida por ambos os autores, principalmente pelo fato de afirmar que “diferentes áreas residenciais fornecem distintos meios de interação social, bem como diferentes graus de acessibilidade a recursos e a equipamentos urbanos.” (Idem, p.150). É referente a isso que Negri vai concordar com Harvey e expressar que:

A diferenciação residencial deve ser interpretada como chances desiguais de se ascender socialmente (...) acessos diferenciados à infra-estrutura urbana, à serviços educacionais e, conseqüentemente, à manutenção do status quo, o controle e a reprodução do exército de mão-de-obra de reserva nas cidades segregadas. (NEGRI, 2008, p.138)

Sendo este, um assunto chave quando trata-se de segregação, que é a dificuldade ou impossibilidade do acesso à bens públicos urbanos, isso já havia sido comentado de antemão por Negri, em citação que destaco:

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural. Isto quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital.

Mas por que isso acontece? Acontece porque a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros de classe de mais alta renda e, como os bairros de classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando - quando chegam - de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros. (NEGRI, 2008, p.136)

Diante dessas questões abordadas ao refletir as definições deste conceito, há esse desdobramento notório em diferentes formas de segregação socioespacial, geralmente seguindo este padrão já apresentado, que pode ser encontrado em diferentes denominações, como autossegregação, ou segregação voluntária, em oposto à segregação induzida ou involuntária. Uma definição que se destoa levemente dessas duas propostas, é a segregação programada, da qual retiro informações da dissertação de Zandonadi apud Carlos, para tratar do papel do Estado neste contexto, sendo ela oriunda da “intervenção do Estado no espaço, ocorre através da construção de infra-estrutura, valorizando ou desvalorizando o espaço, desta maneira, no caso de valorizar os promotores imobiliários apropriam-se, se desvalorizar, os custos são socializados.” (ZANDONADI, 2008, p.151-152). Em contrapartida, tanto Zandonadi, quanto Negri apud Villaça apresentam a questão da segregação nas periferias brasileiras, o qual diz serem todas involuntárias, pontuando ainda que “não existem dois processos, mas apenas um, ou seja, quando há um vitorioso, existe um derrotado. A segregação de um se reflete na segregação do outro, dialeticamente no mesmo processo e ao

mesmo tempo.” (NEGRI, 2008, p.133) Interpretando então a segregação socioespacial como um único fator dialético, sem essas distinções entre voluntária e involuntária.

Dando continuidade, após essa breve caracterização do conceito de segregação socioespacial, será adentrado agora esse conceito aplicado às cidades médias do interior de São Paulo, utilizando como referência um artigo publicado pela Sposito (2007), onde a mesma discorre sobre a reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista, estudando os loteamentos fechados enquanto fator que redefine a velha orientação centro-periferia. Neste estudo, Sposito aponta o ritmo crescente da população, sendo em porcentagem maior nas cidades médias que em comparação às regiões metropolitanas, entre os anos de 1980 e 2000, onde o município de Marília teve uma taxa geométrica de crescimento anual mais que 100% maior que a própria capital paulista, assim como outras Cidades Médias do Estado, explicando que:

Essa tendência demográfica só pode ser compreendida à luz das transformações referentes à passagem do sistema fordista de produção ao sistema flexível de produção. A possibilidade de separação das áreas de comando das áreas de produção industrial tem sido, no caso do Estado de São Paulo, o principal fator que gera a desconcentração territorial da população, ainda que se mantenha a centralização de capitais e de gestão econômica na metrópole paulistana. (SPOSITO, 2007)

Esse fator descrito por Sposito é continuado no próximo parágrafo da autora, que destaca ainda que “a reestruturação produtiva no território paulista gerou uma ampliação não apenas demográfica das cidades de porte médio, mas também da capacidade e da qualidade de consumo de seus moradores” (SPOSITO, 2007), fato esse que implica nesses novos habitats formados, os condomínios fechados, sejam os de grandes lotes horizontais ou os de alto padrão vertical, acontece que há duas especificidades descritas pela autora ao tratar desse desdobramento nas cidades médias, “uma primeira especificidade refere-se ao preço das terras urbanas. Em cidades de menor porte demográfico, o estoque de terra disponíveis é maior e os preços são mais baixos, o que determina segmentações sociais diversas das observadas em cidades maiores.” (SPOSITO, 2007) A segunda especificidade descrita pela autora “refere-se ao uso do tempo cotidiano e do espaço urbano”, onde as extensões territoriais menores e sistemas viários com menos tráfego, implicam uma

maior facilidade para os deslocamentos dos moradores desses empreendimentos murados e de acesso controlado, de modo a que eles tenham acessibilidade ao conjunto da cidade, mesmo tendo escolhido habitar nesses

empreendimentos que, via de regra, têm localização periférica. (SPOSITO, 2007)

Visto essa contextualização de como o processo de segregação socioespacial pode ser entendido em Cidades Médias, principalmente neste segmento que muitos autores definem como auto segregação, além de algumas especificidades que distinguem como ela ocorre nas cidades desse porte, será direcionado a atenção agora à um estudo que propõe a análise da segregação socioespacial especificamente em Marília, com ênfase também nestes que optam por se distanciar/separar do centro urbano, a dissertação de mestrado de Clayton Dal Pozzo, que estudou os territórios de autosegregação e segregação imposta em Marília e São Carlos.

Neste estudo, Dal Pozzo constata alguns pontos já tratados anteriormente, faz-se todo um levantamento de definições e reflexões sobre o conceito, além de dissociar os termos “diferenciação socioespacial” de “segregação socioespacial”, apresentando, baseado em Corrêa e Lefebvre, que na diferenciação socioespacial há ainda uma certa articulação e interdependência entre grupos, enquanto a segregação impõe justamente um rompimento entre os mesmos. É feito em seguida, toda uma reflexão acerca dos diferentes modelos de segregação socioespacial que foram apresentados ao longo dos anos, buscando expressar como se alterou “o padrão de segregação do tipo centro-periferia que conduziu a estruturação das cidades até meados da década de 1980.” (DAL POZZO, 2011, p.273.) Expondo que:

Em grande medida, a alteração do padrão de segregação, por meio de novas formas e processos de produção do espaço urbano contemporâneo, tem contribuído para produzir um tipo mais complexo de segregação socioespacial, pois tende a superar a ênfase dada à dimensão espacial de distribuição residencial por níveis de renda - (...) - e readequá-la não apenas em termos espaciais, mas também, nas alterações que se promovem nas relações de sociabilidade entre os cidadãos. (DAL POZZO, 2011, p.273)

Tendo em vista essas novas formas e processos de produção do espaço urbano contemporâneo, que são mercadoria para os sujeitos auto segregados, abrigando grupos de pessoas com maior poder aquisitivo, Dal Pozzo realiza um levantamento de alguns dos pontos que caracterizam uma segregação socioespacial voluntária, sendo os dois condomínios fechados presentes na área de estudo deste trabalho, de grande relevância para o município, onde o Parque Serra Dourada foi o primeiro da região e, segundo do município, aprovado em 1984, “implantado no eixo sudoeste de expansão urbana (Saída para Assis) e de modo a aproveitar, aos fundos deste empreendimento, a vista proporcionado pelo Vale do Barbosa.” (DAL POZZO, 2011, p.106). Além do outro condomínio presente na área de estudo, que se

localiza após o Parque Serra Dourada, o Valle do Canaã, aprovado no ano de 2001 e bem mais próximo ao limite da escarpa do Vale do Barbosa, além de ser identificado por Dal Pozzo como um “espaço residencial fechado com o padrão construtivo predominantemente muito alto” (DAL POZZO, 2011, p.147).

Como forma de desenvolver o trabalho, Dal Pozzo analisou as práticas socioespaciais do sujeitos autosegregados do município, baseando-se justamente nisso, ele define quatro territórios de segregação socioespacial imposta, sendo um deles, o Núcleo Habitacional Nova Marília, o mais próximo da área de estudo recortada aqui neste trabalho, localizada na Zona Sul do município, porém um pouco mais distante da escarpa do Vale do Barbosa, sendo tanto o Nova Marília quanto as outras três definidas, representantes de uma segregação imposta, onde o autor explica que:

Essas áreas, além de serem aquelas mais preteridas e, do ponto de vista das práticas socioespaciais dos sujeitos autosegregados, que não se frequenta ou, ainda, que não se tem contato, as mesmas, também são representativas de uma segregação imposta, nos termos propostos por Corrêa (2005, p. 64), o que justifica, do ponto de vista exclusivamente residencial (e, portanto, com ‘ressalvas’), nossa proposta de adoção da nomenclatura ‘territórios de segregação imposta’. (DAL POZZO, 2011, p. 264-265)

Assim, o autor delimita alguns territórios de segregação imposta, mesmo que de forma menos criteriosa e com ressalvas, o que será utilizado como referência para tratar da vizinhança, que passou por processos de favelização, inclusive de forma bem considerável aos extremos da zona sul, ao margear da escarpa do Vale do Barbosa, bairros novos que surgiram seguindo a orientação do Nova Marília, que foi estabelecido pelo Governo, como é discorrido por NUNES, 2007, ao comentar que nas décadas de 1970 e 1980, financiado por dinheiro público - logo toda decisão logística de localidade e demais entrelinhas - com intuito de suprir a demanda da população crescente, justificada pelo autor como oriunda da nova fase de industrialização que Marília atravessava, “induzida pela política nacional de desconcentração industrial e de desenvolvimento econômico das cidades médias na década de 1970.” O que ocasionou, com o passar dos anos, em um subcentro comercial e de prestação de serviços da cidade, polarizando o consumo da população da Zona Sul, principalmente aos arredores da avenida João Ramalho, como já comentado anteriormente.

Utilizando então, este direcionamento disponibilizado no estudo de Dal Pozzo, referente à denominação de território de segregação imposta na Zona Sul de Marília, me amparo agora,

novamente, na dissertação de Marcelo Nunes, para tratar das áreas de Exclusão Social presentes no recorte deste trabalho, além de refletir o papel do Estado na definição destes.

Dentre os bairros da Zona Sul que Nunes vai considerar como em condição de exclusão social, destacarei os que se encontram dentro da área de estudo delimitada aqui neste trabalho, aos arredores da escarpa que define o Vale do Barbosa, sendo eles: o Jardim Nacional, a Vila Real, o Jardim Toffoli e o Jardim Continental (NUNES, 2007, p. 30), além de outros bairros da região que fogem do alvo deste trabalho, como o Jardim Santa Paula e o Homero Zaninoto, que se localizam à leste da rodovia BR-153 e relativamente próximos também de uma outra escarpa, mais à leste. Um dos pontos apresentados ainda, do qual trago aqui para caracterizar o local de estudo, é o fato constatado por Nunes da ocorrência de um “eixo altamente concentrador de chefes de família com baixa escolaridade em bairros de ocupação mais recente e com população mais jovem” (NUNES, 2007, p. 134) justamente nestes bairros que circundam o Núcleo Habitacional Nova Marília.

Quanto à essas áreas de Exclusão Social em Marília definida por Nunes, o mesmo vai enfatizar ainda que:

As áreas de exclusão social de Marília estão localizadas em áreas de domínio público e de interesse institucional, sendo impróprias para construção de moradias por estarem delimitadas por ‘Itambés’ e fundos de vale. Assim, nestes lugares que predominam diferentes carências materiais e simbólicas, o processo de ocupação ocorreu de forma gradativa, promovido individualmente por cada interessado e seus moradores pertencem a um segmento da classe trabalhadora não qualificada que vive de serviços esporádicos e por conta da falta de recursos encontram no bairro a sua última opção de moradia. (NUNES, 2007, p. 145)

Comentando ainda sobre a falta de infraestrutura urbana, já descrita anteriormente como fruto da segregação socioespacial, de forma teórica, agora é constatada de forma prática no município de Marília mediante pesquisa de campo descrita por Nunes, onde o mesmo demarcou falta de “arruamento, rede de esgoto, ausência de coleta de lixo” entre outros fatores, isso, no ano de 2007, cenário que não alterou-se uma década depois, sendo conferido em campo e ilustrado em fotografias em ida à campo realizada por mim em 2021, como pode-se observar no mosaico de fotografias à seguir, que representam ruas dos extremos da Zona Sul, todas as fotografias retiradas nestas áreas próximas ao limite da escarpa, sendo geralmente as últimas ruas dos bairros.

Figura 7 - Mosaico de fotografias que expressam a falta de infraestrutura nos extremos da Zona Sul de Marília, ao redor do Vale do Barbosa



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Sendo computado por Nunes, toda essa situação de exclusão social nos bairros que circundam o limite sul da escarpa do Vale do Barbosa e, essa região sendo a maior área populacional dentro do recorte do município utilizado aqui neste estudo, torna-se então, imprescindível a discussão acerca da questão referente à Exclusão Social, frente a situação oposta na outra margem da escarpa, caracterizada por sujeitos auto segregados em descontínuo da malha urbana. Para tal, será utilizado um artigo produzido pela Socióloga Fabiola Zioni, para tratar brevemente do termo, seguido da própria dissertação de Marcelo Nunes, que aplica o termo ao município de Marília.

No artigo comentado, Fabiola Zioni aponta as primeiras aparições do termo Exclusão

Social na França, fazendo um breve levantamento histórico das aparições, pontuando algumas obras principais referente ao assunto, sendo constatado que as primeiras obras, de acordo com Fretigné, surgiram nos anos de 1960 e 1965, respectivamente por Pierre Massé e Jean Kanfler, onde a autora comenta que a questão surgiu interpretando o “pauperismo ou a precariedade” (ZIONI, 2006) como resultado “de uma articulação entre más condições de vida (...), dada a presença das ruínas da II Guerra Mundial e atitudes, disposições, personalidades que iam de encontro ao processo de modernização, incapazes de participar dos benefícios do crescimento econômico.” (ZIONI, 2006), sendo então, não considerada como “um problema central para as sociedades industriais, para as nações mais modernas, mas sim diante de uma tendência pouco significativa do ponto de vista numérico e passível de intervenções pontuais, corretivas.” (ZIONI, 2006).

Com o passar dos anos, o conceito vai sendo debatido e avança nas definições, além das grandiosas e recorrentes mudanças que o mundo passa neste momento (1960-2000), onde a autora, amparada por Paugam (1996), discute a diferenciação entre os conceitos de pauperismo e exclusão social, exaltando que o pauperismo caracterizaria “a entrada na sociedade industrial, antes das conquistas sociais e das regularizações estatais” (ZIONI, 2006), enquanto a Exclusão Social “representaria a crise estrutural dos fundamentos desta sociedade” (ZIONI, 2006), explanando então a diferença entre os termos, permitindo concluir que, a partir de então, tratada como não apenas “um fenômeno marginal que diria respeito a grupos definidos como subproletariado, mas sim um processo que afetaria, de acordo com as estatísticas, um número cada vez maior de pessoas e que, portanto, exigiria uma filosofia de ação.” (ZIONI, 2006)

Após essa rápida introdução, com base em uma socióloga que atua na área da saúde, vamos adentrar agora às questões apontadas por Nunes, um geógrafo, que ao tratar do termo, aponta de início, essa questão da possibilidade de várias disciplinas trabalharem o mesmo, proporcionando também um levantamento histórico deste, comentado sua passagem em abordagens psicológicas e sociológicas, para em seguida tratar das abordagens socioeconômicas. Diante disso, torna-se pertinente retomar a questão de como se deu a expansão e produção urbana mariliense, de forma a expressar “a diferenciação territorial e social gerada com a divisão do trabalho” acabando “por acentuar a desigualdade socioespacial” (NUNES, 2007, p. 53), atuando como “um processo social excludente reforçador da exclusão/inclusão social urbana” (NUNES, 2007, p.53).

Adentrando agora algumas abordagens socioeconômicas do termo, o autor destaca primeiramente o trabalho de Gilberto Dupas, o qual direciona atenção ao “número crescente de indivíduos postos à margem da globalização” (NUNES, 2007, p. 62), por conta de duas mudanças que possuem relação direta com a Exclusão Social, sendo elas, em primeiro momento, “um novo paradigma de emprego, mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade”, além ainda, da “minimização da importância do Estado enquanto tradicional guardião das garantias sociais.” (NUNES, 2007, p.62). Interpretando o tema, então, através de pontos econômicos relacionados à renda, como as privações oriundas da pobreza, fruto da globalização e avanços tecnológicos com intuito de substituição de mão-de-obra.

Outro autor tratado por Nunes é Manuel Castells, que faz uma análise da Exclusão Social como algo que ultrapassa a questão do emprego e da renda, pontuando grande peso à ausência do Estado enquanto “promotor de manutenção das condições de vida mínima, (...) se demonstrando incapaz de atender às pessoas com políticas sociais.” Fatores que acarretam em grupos desfavorecidos cada vez mais desamparados, onde:

Tal processo não se reflete apenas em repercussões sociais, mas também espaciais e territoriais, já que os indivíduos que possuem baixa remuneração procuram lugares onde os custos de vida não sejam altos e, normalmente, tais lugares caracterizam-se pela precariedade nas condições de vida e infraestrutura, pelo fato de possuírem pouco interesse político e ser considerados sem valor na perspectiva capitalista.

Neste sentido, Castells afirma que esse processo resulta em uma geografia extremamente irregular de exclusão e inclusão territorial/social, que desabilita grandes segmentos da população, ao mesmo tempo em que estabelece conexões territoriais por meio das tecnologias da informação. (NUNES, 2007, p. 64)

Outros dois autores que propuseram abordagens pertinentes, abordados por Marcelo Nunes, são Milton Santos e Paul Singer, o primeiro, através do livro “Pobreza Urbana”, relacionando o termo com a desigualdade sociais, pontua a “formação de dois circuitos da economia urbana”, havendo então, um circuito superior dentro da cidade, composto por pessoas empregadas e estáveis, além dos de alto poder aquisitivo, e um outro circuito inferior, com pessoas desempregadas ou sem vínculos empregatícios, apresentando rendimentos insuficientes, fazendo parte do que foi chamado de “setor informal da economia” (NUNES, 2007, p.64). Já o segundo, coloca a questão do trabalho no centro das atenções, expondo que há “uma precarização do trabalho, que inclui tanto a exclusão de uma crescente massa de

trabalhadores do gozo de seus direitos legais como a consolidação de um ponderável exército de reserva e o agravamento de suas condições.” (NUNES, 2007, p.64)

É concluído então, quanto essa abordagem socioeconômica da Exclusão Social, que esta

apresenta-se como uma problemática social relacionada à reestruturação produtiva, ao neoliberalismo e à globalização, mas também da própria produção social do espaço, uma vez que expressa as contradições sociais e espaciais das novas formas e processos de exploração, degradação e espoliação das condições de vida em meio ao modo capitalista de produção, à sociedade e ao Estado. E que no caso das cidades, apresenta-se como um processo fundamental na estruturação espacial urbana, influenciando diretamente na sua produção e pode ser entendida a partir da falta de condições dignas de vida individual e coletiva, na medida em que a própria cidade reforça a exclusão social, devido não somente à questão socioeconômica, mas principalmente pelo modelo espacial adotado. (NUNES, 2007, p. 65)

Após toda essa reflexão conceitual de temas que são pertinentes à análise das ocupações habitacionais presentes na área recortada como estudo de caso, será proposto então, uma reflexão acerca de indicadores sociais e econômicos, além de um levantamento destes, destinando ênfase aos mais diretos e expressivos à olho nu, com intuito de propor algumas hipóteses de classificação da área estudada.

3.1.1: Características geográficas das ocupações habitacionais que margeiam a escarpa do Vale do Barbosa

Aqui será destinado o foco às principais características físicas das residências e bairros que se encontram na área de estudo, além de alguns fatores e condições, com ênfase nas regiões mais afastadas do centro do município e que apresentam maior disparidade quando postas em comparação, sendo elas, as regiões definidas como em condição de Exclusão Social nos extremos da Zona Sul por Marcelo Nunes, em comparação às autossegregadas nos extremos da Zona Oeste, como fora apontada por Dal Pozzo, ambas em condição geomorfológica semelhante, margeando o limite das escarpas do Vale do Barbosa.

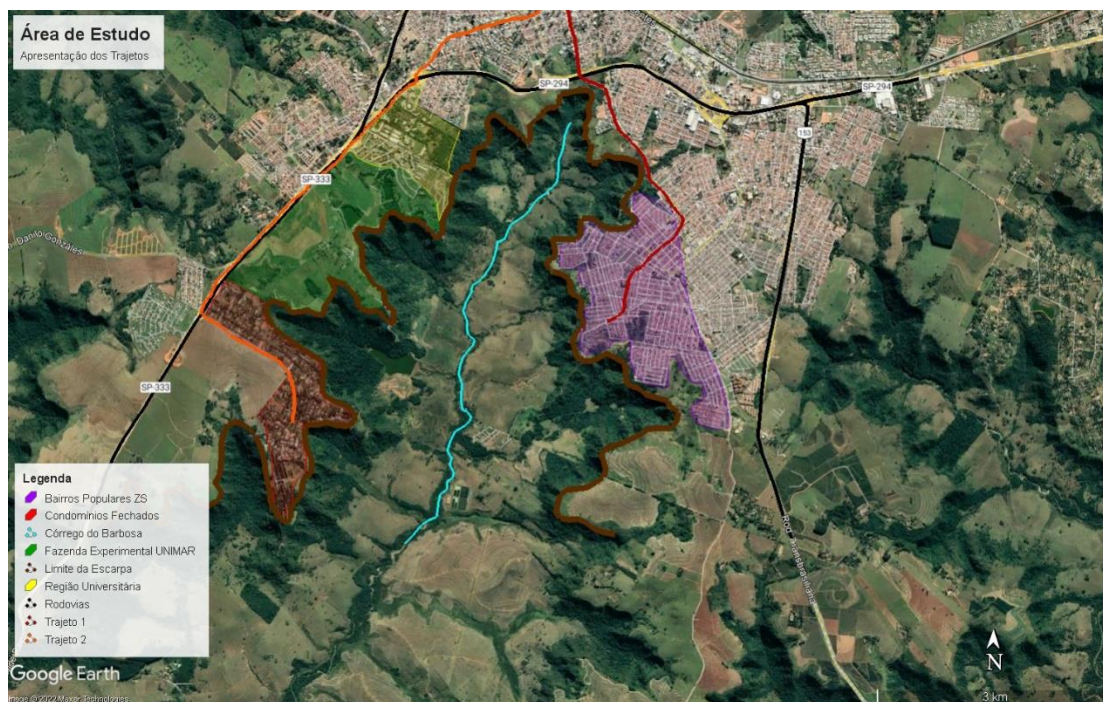
Como comentado anteriormente, o objetivo é analisar as características que saltam aos olhos, que são explícitas, como padrão arquitetônico, arborização, arruamento e demais condições infra estruturais, além de alguns fatores como locomoção pela cidade e valores, buscando em imobiliárias locais, além de utilizar aplicativos e softwares que calculam a

distância entre dois pontos, em linha reta e também estimativas do tempo empenhado no trajeto de automóvel, a pé ou via transporte público.

Antes então, de adentrar às análises das fotos e das idas à campo, me atentarei a questão das distâncias e trajetos, onde podemos observar em representação gráfica na Figura 8, para auxiliar na reflexão de como essas pessoas podem circular na cidade e, conseqüentemente, estabelecer relações com a mesma. Para tal, estabeleci um trajeto corriqueiro (Trajeto 1), partindo de um ponto aleatório em um dos extremos da Zona Sul, no bairro Parquedos Ipês, até o centro da cidade, nos arredores do terminal rodoviário urbano, então, com auxílio de sites e softwares que trabalham com a leitura de mapas e imagens de satélites (*Google Earth; Google Maps*), levantei algumas informações referentes à distância e estimativa de tempo do trajeto, constatando que, esta região da Zona Sul encontra-se à pouco mais de 4 quilômetros em linha reta, o que equivale em aproximadamente 6 quilômetros pelo arruamento, resultando numa expectativa de tempo de 15 minutos para conclusão do trajeto de automóvel, entre 30 e 40 minutos pelo transporte público e 1 hora e 20 minutos a pé.

Exercendo o mesmo processo na Zona Oeste (Trajeto 2), estabeleci um ponto de partida em um local aleatório dentro do condomínio Valle do Canaã, enquanto o ponto de chegada permaneceu o mesmo, ao consultar a distância em linha reta houve um resultado de quase 7 quilômetros, sendo o proporcional a pouco mais de 11 quilômetros pelo arruamento, as diferenças mais expressivas surgem ao analisar a expectativa do tempo para conclusão do trajeto, havendo um acréscimo de quase 100% na distância percorrida, o tempo estimado é o mesmo para o trajeto da Zona Sul, aproximadamente 15 minutos, isso acontece por conta da localização, já comentada anteriormente, tão conectada com a rodovia, possibilitando um acesso rápido ao resto da cidade mesmo estando em descontinuo da malha urbana. Ao analisar o tempo dos trajetos via transporte público e a pé encontram-se novos fatores pertinentes, como o fato de haver apenas uma linha de ônibus por dia, uma partindo do terminal rodoviário as 7 horas, retornando apenas às 17 horas, como é possível observar pelo site *Mobilibus*, demorando, no entanto, 45 minutos, enquanto ao buscar informações do trajeto a pé, houve um pequeno conflito pois o site não considera a opção de caminhar pela rodovia, apresentando então um trajeto surreal passando por distritos e cidades vizinhas, possibilitando a reflexão de que os que habitam aqui se conectam com a cidade prioritariamente via automóvel, característica destes grupos de pessoas autosssegadas.

Figura 8 – Representação gráfica dos trajetos dentro da área de estudo.



Uma vez caracterizada essa questão das distâncias, trajetos e tempo empenhado para se conectar com o resto da cidade, será direcionado o estudo agora às condições físicas dos domicílios e seus aglomerados. Para isso, fora realizado uma série de fotografias em trabalhos de campo, buscando registrar em imagens as principais diferenças arquitetônicas, além da infraestrutura urbana dos locais, a arborização e o tamanho dos lotes. Partindo então da Zona Sul do município, podemos observar na Figura 8, um dos extremos impostos pela condição geomorfológica, podendo observar com destaque os bairros do Toffoli, Azaleia e Vila Real, além dos dois condomínios verticais de padrão de consumo baixo, já apresentado na Figura 6. Na fotografia fica nítido alguns aspectos relevantes, o principal é a falta de reboco e pintura em uma porção numerosa dos domicílios da região, atrelado ainda a telha de Eternit, formam um conjunto que expressam, mesmo observado assim, de longa distância, a redução de despesas para a construção das residências, priorizando o essencial para abrigar-se. Outras fotografias pertinentes para analisar a disposição das casas, são as presentes nas Figuras 9 e 10, que apresentam, respectivamente, a Zona Sul vista de um outro ângulo, podendo observar melhor o padrão dos domicílios ao interior da região, e a fotografia retirada na Zona Sul, que será comentada em por menores na sequência, além ainda, da Figura 16, que trata de uma imagem de satélite retirada do *Google Earth*, a qual permite analisar o tamanho dos lotes e a proximidade dos mesmos, sendo a imagem do quadrante da direita referente a Zona Sul.

Outro ponto importante para destacar aqui, é o diálogo com a Figura 7, de fotografias retiradas na Zona Sul e que apresentam a falta de infraestrutura básica da qual o Estado é responsável, como ausência do asfalto, permitindo a reflexão de que o próprio Estado

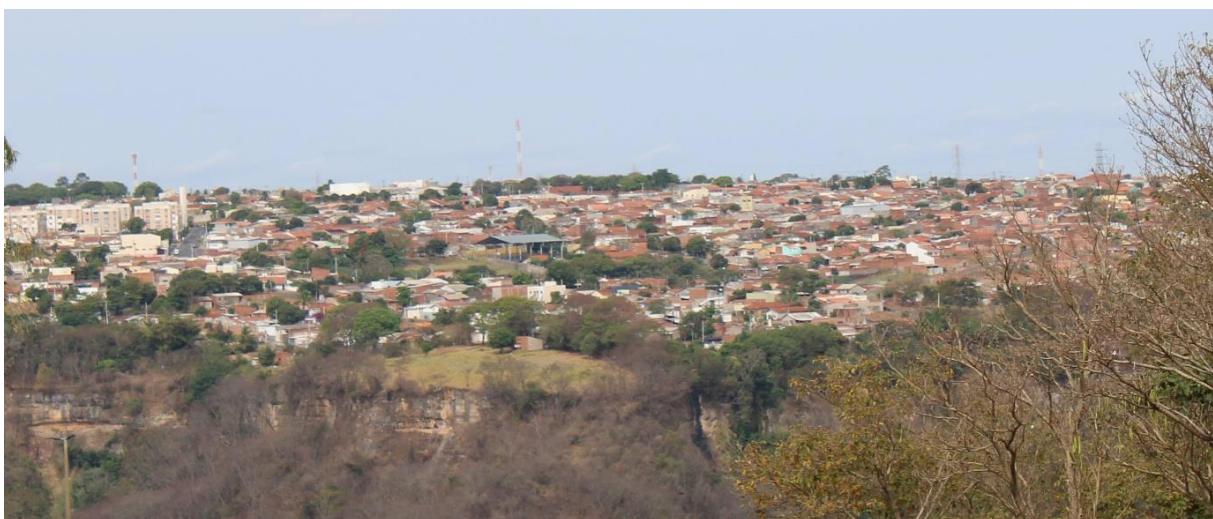
“economiza” com estes bairros, retratando aquilo que o Dr. Silvio Negri explanou em artigo citado anteriormente neste trabalho, onde as obras públicas para certos pontos das cidades acabam, por vezes, não os alcançando.

Figura 9 - Mosaico de fotografias ilustrando os domicílios da Zona Sul aos arredores do Vale do Barbosa



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Figura 10 - Fotografia da Zona Sul



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Figura 11 - Azaleia e Toffoli

Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Destinando então, uma atenção à essa Figura 10, uma fotografia retirada em um dos trabalhos de campo, na região entre os bairros Vila Real e Toffoli, podendo observar a favela do Azaleia no centro da imagem, a região Centro Sul mais distante e o destaque do prédio da Marilan, uma das principais indústrias do ramo alimentício na cidade, que se apresenta às pessoas da região pela sua torre que pode ser vista de longe, também pelo cheiro da sua produção, que se espalha pela Zona Sul de acordo com a direção do vento.

Como comentado no início deste tópico, será destinada uma atenção às áreas mais opostas, já definidas anteriormente, porém considerarei oportuno apresentar, antes disso, uma fotografia do Jardim Acapulco, um bairro da Zona Oeste bem próximo ao Centro do município, sendo o que seria, em termos de comparação, compatível com o Jardim Parati, que se encontra na Zona Sul, também mais próximo ao Centro, o que poderia nos dar uma noção, por mais superficial que seja, de dividirmos três grupos socioeconômicos distintos no local de estudo, um de mais baixa renda, representado nestes extremos da Zona Sul, um mais abastado no extremo da Zona Oeste que será apresentado à seguir, e um grupo que se encontra relativamente

num meio termo entre estes, nessas regiões mais centrais, para ilustrar essa diferença com foco no padrão de construção e disposição das residências, podemos observar a Figura 11, que retrata o Jardim Acapulco.

Figura 12 - Jardim Acapulco



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Continuando neste sentido, também antes de tratar do grupo de pessoas que buscaram se distanciar do centro urbano, temos uma condição de habitação característica aos arredores da Cidade Universitária, como já fora comentada no início deste capítulo, com a presença de uma série de prédios de padrão de consumo mediano, além de casas de pequeno porte com foco na rotação de seus residentes, sendo um local procurado, geralmente, por estudantes universitários ou trabalhadores que atuam ali naquela região, em busca de reduzir distâncias e economizar nos trajetos, como podemos analisar no mosaico de fotografias expresso na Figura 12 à seguir.

Figura 13 - Mosaico de fotografias das residências na região universitária da Zona Oeste



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Dentro deste contexto das habitações mais próximas às universidades, há ainda um ponto pertinente para destaque, antes de seguirmos para os extremos da Zona Oeste que circundam o Vale do Barbosa, que são os prédios abandonados e inconcluídos, compondo um demasiado vazio que corrobora com a especulação imobiliária, podendo ser observado na Figura 13 que está anexada em seguida.

Figura 14 - Prédios inconcluídos nos arredores das universidades



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Concluindo este trajeto, partindo dos extremos da Zona Sul e comentando algumas características, passando pelas regiões de maior proximidade com o Centro, chegamos agora ao extremo oposto, nos limites da escarpa do Vale do Barbosa referente a Zona Oeste, mais especificamente aos condomínios fechados de alto padrão, principalmente o Valle do Canaã, o qual visitei em trabalho de campo e retirei algumas fotografias que se encontram no mosaico presente na Figura 14, expondo a famigerada vista privilegiada para o vale, além da portaria do condomínio, onde há uma série de procedimentos de segurança a serem realizados, além da quantia numerosa de câmeras e guardas que circulam no local, onde não foi possível fotografar as casas diretamente, respeitando a privacidade destes que optaram por morar em local fechado, podendo ter uma noção das mesmas registradas apenas por longas distâncias.

Figura 15 - Mosaico de fotografias do Valle do Canaã



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

No intuito de registrar, mesmo que não tão nitidamente, o padrão arquitetônico das casas do condomínio, principalmente a distância entre uma e outra, fui para a face oposta da escarpa, na Zona Sul, no bairro conhecido pelos moradores da região como “Nova Marília 4”, o último bairro nesta faixa da Zona Sul, por alcançar o limite com a escarpa. Na imagem que podemos conferir na Figura 15, vemos graças ao zoom, o tamanho significativo das casas, a distância entre uma e outra e a quantidade expressiva do número de árvores, tanto pela APP que se localiza na face da Escarpa, quanto pelos Eucaliptos, Pinheiros e demais espécies plantadas pelo homem dentro do Condomínio.

Figura 16 - Fotografia do Valle do Canaã retirada da Zona Sul



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Caminhando rumo a conclusão dessa sessão, julgo pertinente ainda avaliar o mosaico das imagens de satélites dos respectivos lugares, apresentando à esquerda o Valle do Canaã e a direita alguns bairros da Zona Sul, tornando nítido a diferença grandiosa no tamanho dos lotes e também na disposição dos domicílios, além da questão da arborização, que ao analisar a Zona Sul tem maior presença apenas nas regiões de APP, enquanto o condomínio tem uma série de árvores em seu interior, informações essas, que serão complementadas quando analisarmos valores e medidas de cada uma das localidades. Outro ponto importante é buscar as construções

mais próximas ao limite da escarpa, questão que será debatida em por menores na sessão seguinte, referente ao plano diretor.

Figura 17 - Imagens de satélite das áreas de estudo



Fonte: Google Earth (2021)

Uma vez apresentada e contextualizada todas essas fotografias e imagens de satélite, para concluir a sessão, apresentarei agora o levantamento de dados em imobiliárias referente a preços, cômodos e medidas, fiz a busca em três imobiliárias conhecidas no município, a Toca Imóveis, a Master Imóveis e a Gilmar Imóveis, como os preços não apresentaram grande variação entre as três, dediquei maior atenção a Toca Imóveis, por ser aparentemente a maior, com mais opções de residências.

Partindo dos valores e características da Zona Sul, houve uma média de preços entre os 100 e 200 mil reais para comprar um imóvel, e aluguéis na média dos 800 reais mensais, as medidas das propriedades variaram de 250 metros quadrados à 140 metros quadrados, tendo geralmente entre 3 e 4 quartos, sala, cozinha, banheiro e garagem para até 2 carros, havendo em alguns imóveis a presença de suítes. É possível analisar os valores retirados do website da toca imóveis na Figura 18, referente às residências à venda ou para aluguel nos extremos da Zona Sul de Marília.

Comentando brevemente sobre as áreas mais próximas ao centro, há um valor de venda que varia entre os 300 e 800 mil reais no Jardim Acapulco, tendo o mesmo número de cômodos na casa, com destaque ao número maior de vagas na garagem e o tamanho total do terreno que variou na média dos 400 metros quadrados.

Uma vez tratando dos grupos autossegregados, é explícito a diferença tão intensa frente ao que se observa na face oposta do limite da escarpa, analisando as ofertas nos sites imobiliários, a maioria das residências disponíveis possuem também quatro quartos, sendo, no entanto, todos suítes, as vagas de garagem também são pelo menos quatro. A diferença mais gritante é encontrada no tamanho dos terrenos, que alcançam até 1.500 metros quadrados, além dos valores que chegam aos 3 milhões e 500 mil reais, onde apenas um terreno sem construção é encontrado na casa do milhão de reais. É possível observar mais informações na Figura 18, além da taxa de condomínio de 720 reais mensais – superior, por vezes, à mensalidade do aluguel em outras regiões da cidade – apresentando então esta realidade onde as pessoas dispõem quantias grandiosas de dinheiro para habitar distante do centro urbano, em contato maior com a natureza e com um grupo seletivo de pessoas, trazendo à tona realidades socioeconômicas extremamente desiguais, de pessoas que habitam uma condição semelhante, já descrita, de periferia em relação ao centro e de proximidade do limite das escarpas do Vale do Barbosa. Por fim, é válido pontuar dentro desta questão da segurança privada, as variadas muralhas que separam/protegem o condomínio, como podemos observar na Figura 17, vindo ao fundo um grande muro com cerca elétrica, arames farpados e câmeras de segurança, além das faixas de eucalipto plantadas antes e depois dos muros há ainda a grande muralha natural formada pelo relevo tabuliforme.

Figura 18 - Muro e faixas de eucalipto e pinheiro em condomínio fechado



Fonte: SANTOS, G. S. (2021)

Tabela com valores das residências na área de estudo			
Zona Oeste		Zona Sul	
Bairro	Valor	Bairro	Valor
Parque Serra Dourada	Venda: R\$ 1.000.000,00	Parque das Azaléias	Venda: R\$ 180.000,00
Residencial Valle do Canaã	Venda: R\$ 3.500.000,00	Jardim Teotônio Vilela	Venda: R\$ 139.000,00
Residencial Valle do Canaã	Venda: R\$ 3.300.000,00	Vila Real	Venda: R\$ 119.000,00
Residencial Valle do Canaã	Venda: R\$ 2.350.000,00	Conjunto Habitacional Monsenhor João Batista Toffoli	Aluguel: R\$ 800 / mês

Tabela 3 - Fonte: TOCA IMÓVEIS (2021)

3.2: Plano diretor

Ao que diz respeito às escarpas, são denominadas no plano diretor por Itambés, e é definido neste pela subseção IV, a criação do “Parque dos Itambés”, compondo a zona especial de interesse ambiental (ZEIA), onde no artigo 46 é definido de acordo com a Lei federal nº 4.771 de 1965 (Código Florestal), “a área caracterizada pela ocupação de mata atlântica e presenças de escarpas que definem a ruptura topográfica, separando planalto e planície, destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente” (Plano Diretor, p.21). Sendo definido a criação do Parque dos Itambés, através de lei específica, a definir limite, uso e ocupação, exploração turística, recuperação e preservação. Relatando ainda que enquanto não editar tal lei específica, será considerado como Parque dos Itambés:

(...) a porção do território delimitada pela franja de terra de largura igual a 50,00 (cinquenta) metros a montante da linha de ruptura e pela franja de terra de largura igual a 10,00 (dez) metros a jusante da linha de ruptura caracterizada pelo início dos maciços arbóreos. (Plano Diretor, p.22)

Esta citação passada, retirada do plano diretor do município, é comentada de forma relevante pela dissertação de mestrado de Rodolfo Paulo, que estudou o papel do Estado e da sociedade diante dos impactos ambientais em Marília, pelo curso de Direito, na UNIVEM, que aponta uma incoerência nessa delimitação, onde o autor pontua justamente que no Código Florestal, “uma Lei Federal, estabeleça um limite mínimo de 100 metros do início da linha vertical dos paredões/chapadões” (PAULO, 2012, p.111), enquanto os gestores do município relacionados ao desenvolvimento do plano diretor, delimitaram para a área do Parque dos Itambés essa “franja de terra de largura igual a 50” metros. É feita toda uma reflexão teórica com base em autores da área e, Paulo, sobre esta questão, vai externar:

(...), com base nos princípios constitucionais ambientais, em especial, os da prevenção e precaução, é que o Plano Diretor do Município deveria seguir o limite proposto pelo Código Florestal, estabelecendo o limite para edificação às margens de paredões/chapadas, a metragem de 100 metros, como forma de zelar pela seguridade pública. (PAULO, 2012, p.112-113)

Tratando ainda, que justamente neste local destinado aqui como área de estudo, as escarpas que circundam o Vale do Barbosa, mais precisamente, neste caso, na margem da escarpa da zona Sul, “o fato é que (...), não está de acordo com o limite proposto pelo Plano Diretor municipal e muito menos em relação ao Código Florestal” (PAULO, 2012, p.113),

expondo uma realidade que vai na contramão da legalidade, mesmo assim, não há ações ou propostas para como lidar com essa situação ao longo do plano diretor, sendo que, o município apresentou um histórico de rentabilidade através da especulação imobiliária, não está sendo capaz de suprir a demanda de habitantes em condições dignas e coerentes com uma proposta sustentável.

Ao desenvolver a conclusão de sua tese, Rodolfo vai explanar ainda sobre um demasiado descaso, em relação às ações tomadas mediante o que foi prescrito no plano diretor, expresso antes de trazer uma nova citação do autor, que é importante interpretar tal afirmação dentro do contexto do ano de 2012, quando a tese foi elaborada, referente a esse projeto presente no plano, que visa criar o Vale dos Itambés como zona de proteção ambiental e fonte de renda turística, foi dito que “a verdade é que até a presente data, não há nada em trâmite sobre o tema, o que de fato demonstra certo descaso, tendo em vista que já se passaram seis anos da criação do citado documento e a situação continua a mesma.” (PAULO, 2012, p.115). Referente a essa máxima descrita por Rodolfo, expresso ainda, enquanto munícipe, residente de Marília, que a situação não soa diferente, mesmo escrevendo isso quase 9 anos depois.

Referente às zonas Sul e Oeste e vosso planejamento presente no plano diretor, é oportuno pontuar, na Seção II, referente a habitação, onde é explicitado no artigo 8, que a política municipal de habitação tem como objetivo, entre outros pontos, “garantir o acesso à terra urbanizada e à moradia, ampliando a oferta e as condições de habitabilidade da população de baixa renda” (Plano diretor, p.3-4), para tal, será seguido algumas diretrizes, das quais destaco quatro:

- I- Promoção da requalificação urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários irregulares em todas as áreas do Município;
- II- Implementação da estrutura administrativa de enfrentamento dos aglomerados subnormais;
- (...)
- IV- Impedimento de novas ocupações irregulares;
- V- Inibição do adensamento e ampliação dos núcleos habitacionais de baixa renda. (Plano Diretor, p.4)

Estas quatro diretrizes deixam bem explícita essa intenção de impedir ocupações irregulares no município, retomando o que já foi dito a pouco, a maioria dos aglomerados irregulares se localizam em regiões próximas às escarpas, logo essa tenderia a ser uma área de intensa atuação dos projetos de plano diretor, porém no artigo seguinte (10), ao tratar

zonalmente sobre o que deve ser seguido para a consecução desses objetivos, não há nada específico para as ocupações irregulares presentes na Zona Sul, sendo destacado apenas a implementação de portais de identificação nos acessos principais, a necessidade de haver uma Associação de Moradores em cada bairro e a implementação de um corredor de comércio e serviços em cada bairro (p.4). Já ao tratar da Zona Oeste, existem dois programas previstos para regularização de ocupações irregulares, nos bairros Jardim Universitário, Parque das Vivendas e Higienópolis (retomando a Tabela 2 retirada do trabalho de Damião, podemos observar que os domicílios irregulares em Higienópolis foram zerados). O outro programa de regularização de ocupações irregulares da Zona Oeste já considera a delimitação estabelecida por lei que atende aos Itambés, e trata dos bairros Jardim Eldorado e Jardim América Prolongamento (p.4-5), porém são bairros que não se localizam na escarpa dedicada ao local de estudo.

De uma forma geral e direta, o plano diretor é muito repetitivo e propõe poucas ações, geralmente de forma bem aberta, soando como algo feito mais pelo cumprimento do Estatuto da Cidade, pela Lei 10.257/2001, que torna, de acordo com o Art. 41 do Capítulo III, obrigatório a presença de um plano diretor nas cidades com mais de vinte mil habitantes, como é o caso de Marília, do que pelo intuito em si de traçar propostas para um desenvolvimento coerente do município, atendendo à função social da propriedade, o ordenamento territorial da cidade e o desenvolvimento social com qualidade.

Considerações finais

Este trabalho buscou analisar alguns aspectos resultantes da forma como o município de Marília foi ocupado e teve seu espaço urbano produzido, processo que, acentuou a exclusão social de algumas áreas frente à valorização de outras que correspondem à interesses particulares, proporcionando uma diferenciação espacial que acarreta em um acesso seletivo e desigual dos munícipes à cidade e o que essa pode oferecer, seja questões materiais ou imateriais.

Diante do espaço urbano mariliense, foi definido a área de estudo nos limites do Vale do Barbosa, buscando analisar como esses aspectos ocorrem em uma escala reduzida, além de refletir a relação do relevo para com os mesmos. Dentro dessa questão que relaciona a condição geomorfológica do sítio local, é importante reafirmar que o relevo por si só não é fonte dessas circunstâncias, sendo sim, mais um fator diante delas, como ao que refere à segregação dos condomínios fechados, onde os mesmos buscam se separar do restante da cidade e, no caso de Marília, encontram no relevo uma colaboração natural para o fim almejado.

Outro fator importante que acaba sendo imposto pela condição do sítio e pela forma pela qual se deu a apropriação do espaço urbano são as precárias condições de mobilidade urbana no município, em especial na área de estudo deste trabalho, onde distâncias curtas em linha reta se transpõem à longos trajetos pelo arruamento, trajetos esses que aumentam ainda mais caso seja realizado pelo transporte público, o que permite concluir que o acesso à certos espaços da cidade são destinados apenas a pessoas que possuem automóveis. Sendo esse um ponto extremamente pertinente para a área de estudo, pois traçando perfis econômicos superficiais com referência no padrão residencial e suas características, pode-se concluir que os habitantes autosegregados tem condição de possuir automóveis, enquanto os residentes das áreas de Exclusão Social podem não possuir, além de não haver ao menos a infraestrutura pública para o tráfego destes em certos locais, como foi expresso na Figura 7.

Ainda ao que se refere ao sítio local e a habitação, há o debate legal acerca desta questão, como procuramos mostrar nesse trabalho, onde o Plano Diretor do município, em discordância do Código Florestal, como expresso na dissertação de Paulo (2012), define área de preservação permanente como sendo 50 metros após o limite da escarpa, valor 50% menor que o expresso pelo Código Florestal. Diante desse ponto é pertinente debater ainda o acesso do povo mariliense a esse local, sendo praticamente nulo, apesar da proposta de criação do Parque dos

Itambés a mais de uma década, enquanto uma porcentagem ínfima da população mais abastada paga altos valores para usufruir diretamente das qualidades que estes podem oferecer.

É dentro do debate destas questões que o trabalho buscou contribuir, tentando compreender dinâmicas urbanas, para que, uma vez entendidas possam entrar em pauta de forma nítida e coesa dentro do debate público, como nas atualizações que o plano diretor do município virá a sofrer, além de movimentos sociais e ambientais que possuem relação com o tema, como a luta pelo direito à moradia digna e a aprovação de futuros loteamentos, sejam condomínios fechados ou conjuntos habitacionais populares, em conformidade com a proteção ambiental. Podendo ainda ser utilizado dos mesmos procedimentos metodológicos para a produção de estudos em outras cidades médias com condições semelhantes no sítio local.

Ao longo do trabalho houve uma série de limitações que são pertinente de comentários, a maioria delas relacionadas com a condição atual de distanciamento social por conta da disseminação do vírus Covid-19, que por vezes impossibilitou ou restringiu o acesso à acervos bibliográficos físicos, além da visita a domicílio dos residentes para possíveis entrevistas, o uso de laboratórios de geoprocessamento com auxílio de profissionais especializados na área, entre outras relações humanas que não foram realizadas.

Estas limitações descritas no parágrafo anterior expressam por sua vez, a possibilidade de novos estudos mais aprimorados ao local, com a aplicação de questionários aos habitantes, entrevistas com agentes imobiliários públicos e particulares e a elaboração de mapas mais complexos para interagir com as respostas obtidas. Outro ponto que abre portas para novas pesquisas, é este fator de moradias de padrões socioeconômicos totalmente opostos uma de frente para outra e separada por vales, ainda no município mariliense, como podemos observar entre os extremos da Zona Leste, com condomínios de alto padrão seguindo a orientação do Bosque Municipal, em comparação às favelas nesses extremos da frente oposta da escarpa que delimita a Zona Norte.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria Ângela. et al. Análise geoambiental da região de Marília, SP: Susceptibilidade a processos erosivos frente ao histórico de ocupação da área. **Revista Geociências UNESP**. v.28, n.4. p.425-440. 2009. Disponível em: <<http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/7087>>. Acessado: 05/04/2021.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média:** as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. 2011. 455 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105059>> Acessado: 20/08/2021.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Territórios de autosegregação e de segregação imposta:** fragmentação socioespacial em Marília e São Carlos. Presidente Prudente, 2011, 316 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologias, UNESP.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. Espaço urbano, produção do espaço e segregação socioespacial: O espaço urbano capitalista e o caso de Marília/SP. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança**. Percepções do Espaço e do Crime. n.14. 2014. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/4210>>. Acessado: 08/04/2021.

Google Earth. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/>>. Acessado: 10/10/2021

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/marilia.html>> Acessado: 19/08/2021.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A Industrialização do oeste paulista: o caso de Marília**. Presidente Prudente – SP, 1994 (Dissertação de Mestrado).

MIYAZAKI, Pedro. A CARTA DE FRAGILIDADE DO RELEVO COMO INSTRUMENTO DE ORIENTAÇÃO À OCUPAÇÃO NA CIDADE DE MARÍLIA/SP. **REVISTA GEONORTE**, 5(23), 7 - 12. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1644>>. Acessado: 20/08/2021.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**. p.129-153. Ano VII, v.8. 20 out. 2010. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108>> Acessado: 22/08/2021.

NUNES, Marcelo. **Produção do espaço urbano e exclusão social em Marília-SP**. 2007. 173 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89779>>. Acessado: 05/04/2021.

PAULO, Rodolfo Fares. **O papel do Estado e da sociedade diante os impactos socioambientais decorrentes do crescimento urbano: o caso de Marília/SP**. 2012. 123 f. Tese (mestrado) - UNIVEM Centro Universitário Eurípides de Marília, Marília/SP. Disponível em: <<https://aberto.univem.edu.br/handle/11077/852>> Acessado: 20/08/2021.

SANTOS, Caio Augusto Marques dos. NUNES, João Osvaldo Rodrigues. Mapeamento geomorfológico do perímetro urbano do município de Marília-SP. **Geografia em atos**. v.1 n.7. 2007. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/231>> Acessado: 05/04/2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Revista eletrónica de geografia y ciencias sociales**. Vol. XI, n.245, 11 ago. 2007. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2475050>>. Acessado: 21/08/2021.

ZANDONADI, Júlio César. **Novas centralidades e novos habitats: caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP)**. 2008. 236 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96729>>. Acessado: 05/04/2021.

ZIONI, Fabiola. Exclusão Social: noção ou conceito?. **SciELO - Sociedade e Saúde**. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902006000300003>>. Acessado: 27/08/2021.